

Concentrações de 1:5.000 a 1:500.000, resultariam activas, mas esta actividade seria reduzida em presença de soro.

TOXICOLOGIA

Um dos inconvenientes do uso dos estrogéneos sintéticos, reside no facto de normalmente apresentarem uma toxicidade maior que os estrogéneos naturais.

Porém, como já dissemos mais acima, eles possuem uma tão larga zona de manejo, que, quando aplicados criteriosamente, quase se podem desprezar tais inconvenientes.

Há, contudo, doentes que apresentam sintomas de intolerância, que, segundo alguns autores costumam aparecer numa média de 10 % dos doentes sujeitos ao tratamento pelos estrogéneos sintéticos.

Os principais sintomas de intolerância, são: alterações digestivas com náuseas, vômitos, ardores, anorexia; alterações gerais: astenia e mal-estar geral.

Segundo SHORR, alterações gástricas prévias, costumam agravar aquele quadro.

MAZER em 1941 e ENDERS em 1944, afirmaram que a par dos distúrbios já mencionados, ainda podem surgir alterações hepatotóxicas. (*).

MÉTODOS DE DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA

Nestes capítulo referiremos alguns métodos de dosagem, reservando os ensaios de identificação e de pureza, para as monografias que mais adiante incluiremos.

Dentre os primeiros encontram-se descritos:

- Métodos gravimétricos
 - » colorimétricos
 - » volumétricos
 - » cromatográficos

1) Métodos gravimétricos:

Baseiam-se na obtenção de diacetatos, que se pesam, e que multiplicados por factores estabelecidos, representam o equivalente da substância estrogénica.

As *Farmacopeias Francesa* (³⁹), *Americana* (⁴⁰), *Britânica* (⁴¹) e *Internacional* (⁴²), mandam dosear o dietilestilbestrol por este processo. Para o hexestrol indicam técnica semelhante, as *Farmacopeias Britânica e Francesa*, o *N. N. R.* (⁴³) e a *Medicamenta* (⁴⁴). A *Farmacopeia Britânica* e o *N. N. R.* doseiam ainda, de modo análogo, o dienestrol.

Como exemplo deste método, citaremos o da *Farmacopeia Americana XIV*, para o dietilestilbestrol:

Pesem-se com exactidão cerca de 500 mg. de dietilestilbestrol previamente exsiccado a 105° durante 4 horas, e fervam-se com 1,5 cm³ de anidrido acético e 3 cm³ de piridina com refrigerante de refluxo, durante 5 minutos.

Ajunte-se 50 cm³ de água, agite-se vigorosamente e deixe-se em repouso por 1 hora.

Recolha-se o pp. em um cadinho de GOOCH previamente tarado e lave-se com água até que o cheiro da piridina não seja perceptível.

Exsique-se o pp. entre 75°-80° durante 18 horas, deixar arrefecer e pesar.

O peso do diacetato assim obtido, multiplicado por 0,7615, representa o seu equivalente de C₁₈ H₂₀ O₂.

2) Métodos colorimétricos

Este processo de dosagem dos estrogêneos sintéticos, baseia-se na obtenção de produtos corados, quando adicionados de substâncias que provocam a formação daqueles.

DINGEMANNSE (45) propõe um método colorimétrico baseado na aparição de uma coloração vermelho-fucsina, ao adicionar umas gotas de solução clorofórmica de pentacloreto de antimônio a 50 %, a uma solução clorofórmica muito diluída de dietilestilbestrol; se a solução está concentrada, obtém-se um pp. de cor vermelha (Vinho de Bordéus).

A intensidade máxima obtém-se aos 15 minutos.

DECHENE (46) utiliza como base de um método colorimétrico, a reacção xantoproteica, e, TUBIS e BLOOM (48), baseando-se na coloração azul que se produz ao reduzir os grupos fenólicos dos estrogêneos a um complexo fosfomolibdico-fosfotúngstico, estabeleceram outro método.

KELLI e JAMES (48) utilizam a *m*-nitroanilina diazotada para a dosagem espectrofotométrica do dietilestilbestrol e de outros estrogêneos relacionados, tais como: benzestrol, hexestrol, mestilbol e dienestrol.

Tratar-se-ia de um método rápido e específico para a determinação de estrogêneos sintéticos nas preparações farmacêuticas.

A determinação fotométrica da intensidade da cor desenvolvida, é feita por comparação com padrões previamente estabelecidos, e, está compreendida entre 500 e 510 μ .

Muitas outras substâncias têm sido propostas para a identificação dos estrogêneos e que se baseiam em colorações diversas, obtidas por reacção daquelas sobre os estrogêneos.

Entre outras, cita-se a vanilina em associação com ácidos minerais.

Para o dienestrol, CHEYMOL e col. (51) referem reacções coradas com o aldeído benzóico (violácea), furfural (verde) e aldeído salicílico (azul e verde).

BALTAZAR e col. (52) verificaram que o *p*-dimetilaminobenzaldeído em meio fortemente sulfúrico, dá lugar a reacções coradas com o dietilestilbestrol e dienestrol, e que este último em soluto alcoólico, quando adicionado de furfural e ácido sulfúrico 24 N/, produz uma reacção corada cuja intensidade depende da quantidade de estrogéneo presente.

Esta reacção serviria ao mesmo tempo para a distinção de três estrogêneos — hexestrol, dietilestilbestrol e dienestrol —, porquanto, ela é negativa para o primeiro, muito atenuada para o segundo e nítida para este último.

Como exemplo dos métodos colorimétricos, mencionaremos o da U. S. P. XIV (40), para as cápsulas e solutos oleosos de dietilestilbestrol, que é mais ou menos o proposto por TUBIS e BLOOM (47).

Extracção do dietilestilbestrol por intermédio do éter em meio alcalino; precipitação pelo ácido sulfúrico diluído seguido de nova extracção pelo éter, evaporação deste e dissolução do residuo em alcool a 50 %. A uma parte aliquota da solução alcoólica medida com exactidão e equivalente a 0,5 mg. de dietilestilbestrol, ajuntem-se 2 cm³ de ácido clorídrico diluído e 4 cm³ de molibdofosforungstato e dilua-se com 50 cm³ de água.

Deixar em repouso por 10 m. e adicionar em seguida 10 cm³ de soluto a 25 % de carbonato de sódio anidro e água para obter exactamente 100 cm³; misture-se bem e deixe-se em repouso por 45 m.

Filtre-se a solução por filtro seco, rejeitando a primeira porção do filtrado.

Dissolvam-se 10 mg. de «Tipo de Referência U. S. P. de Dietilestilbestrol» em q. b. de alcool diluído para obter exactamente 100 cm³.

Tratar porções separadas de 4,5 e 5,5 cm³ desta solução com as mesmas quantidades dos mesmos reagentes e do mesmo modo que a parte aliquota da amostra que se vai a ensaiar. Observando transversalmente contra fundo branco, a côr do filtrado final obtido das cápsulas, não é mais claro que o padrão preparado com 4,5 cm³, nem mais escuro que o preparado com 5,5 cm³ da solução «Tipo de Referência».

3) Métodos volumétricos

Da bibliografia consultada, somente a *Medicamenta*, (44) inscreve um método volumétrico por bromometria, para o doseamento do benzenestrol, e que vamos transcrever:

Pesar exactamente 0,1 gr. de benzenestrol e coloque-se em matrás aferido de 100 cc. com 6 cc. de solução a 10 % de hidróxido de sódio e 30 cc. de água; dissolva-se e complete-se o volume de 100 cc.

Passar 20 cc. exactamente medidos para um frasco de rolha esmerilhada de 250 cc. Ajuntem-se 10 cc. de tetracloreto de carbono recentemente destilado e 10 cc. de ácido clorídrico a 10 %. Rolhar bem e agitar até dissolução. Destapar com cuidado de modo a não perder substância devido à pressão interna, lavar o côlo do matrás com 3 a 5 cc. de água e juntar 20 cc. de solução N/10 de brometo-bromato. Rolhar bem, agitar e deixar em repouso por 30 a 40 m.

Decorrido este tempo, destapar com cuidado e verter 5 cc. de solução de iodeto de potássio a 10 %, tendo o cuidado de evitar perdas de vapores de bromo. Rolhar bem e agitar; aguardar 5 m. e titular com solução N/10 de hipossulfito de sódio.

O termo da reacção é assinalado pela desapareição da coloração rosada na capa do tetracloreto de carbono, depois de agitar fortemente, após cada adição de I gota de hipossulfito.

Cada centímetro cúbico da solução brometo-bromato N/10, equivale a 3,730 milig. de benzenestrol.

4) Métodos cromatográficos:

Segundo AXELROD ⁽⁵³⁾, efectuar-se-ia a rápida separação quantitativa do estriol, dietilestilbestrol, etinil-estradiol, estradióis e estrona por cromatografia sobre papel, usando sistemas de solventes: o-diclorobenzeno-formamida, cloreto de metileno-formamida e ciclohexeno — formamida.

A polaridade dos estrogéneos teria uma influência directa sobre a mancha de evolução, e, a configuração espacial dos grupos oxidrilos, seria também outra influência adicional.

Descrevem-se ainda manchas-padrão com ácido sulfúrico fumante, cloreto de benzoilo-cloreto de zinco, fenolsulfonato — ácido fosfórico, ácido nitroso-nitrato de mercúrio e pentacloreto de anti-mónio.

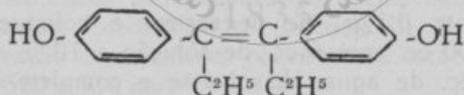
A medição da adsorção no ultravioleta, pode ser aplicada como determinação quantitativa.

B) ESTUDOS DOS PRINCIPAIS ESTROGÉNEOS SINTÉTICOS

Neste capítulo passaremos em revista os estrogéneos de uso mais vulgarizado, para os quais faremos um arranjo monográfico.

DIETILESTILBESTROL

Sin.: Estilbestrol, Estilbol, Sinestril, Estromenin, Estril, Proestrina e Cyren



Tal como o estradiol, forma 2 isómeros: *cis* e *trans*, sendo o isómero *cis* muito pouco activo e instável com tendência a converter-se no isómero *trans*.

O produto oficial é o *trans* — dietilestilbestrol ⁽¹⁾.

Inscvem-no as *Farmacopeias*: Americana, ⁽⁴⁰⁾ Francesa ⁽³⁹⁾, Sueca ⁽⁵⁵⁾ Egípcia ⁽⁵⁶⁾, Britânica ⁽⁴¹⁾, *The Extra Farmacopeia* ⁽⁵⁷⁾, Jugoslava ⁽⁵⁸⁾, Internacional ⁽⁴²⁾, Danica ⁽⁵⁹⁾, *Medicamenta* ⁽⁴⁴⁾, N. N. R. ⁽⁴³⁾ Remington ⁽¹⁾ e *Dispensatory* ⁽⁵⁴⁾.

Características:

Pó cristalino ou cristais brancos, inodoro (segundo a *F. Britânica*, de cheiro peculiar).

É quase insolúvel na água; solúvel no álcool, no clorofórmio, no éter, nos óleos gordos e nos hidróxidos alcalinos diluídos.

(A *F. Francesa* inscreve uma tabela de solubilidade nos vários solventes orgânicos).

Ponto de fusão:

O produto puro funde entre 169°-172°*, e o seu diacetato funde entre 121°-124°**.

Identificação:

- A) Dissolvendo 10 mg. de dietilestilbestrol em 1 ml. de SO_4H_2 produz-se coloração alaranjada, que desaparece por diluição com 10 volumes de água (o hexestrol não dá qualquer coloração).
- B) A uma solução de 20 mg. de dietilestilbestrol em 2 ml. de álcool diluído (a *F. Internacional* indica metanol a 50 %), ajunte-se 1 gota de cloreto férrico (1 volume de cloreto férrico+9 volumes de água); produz-se côr verde que passa a amarela.
- C) O diacetato obtido no doseamento, funde entre 121°-124°.

A *Medicamenta* cita ainda as seguintes reacções de identificação:

- 1) Dissolver 2 centig. em álcool de 50 % e adicionar um volume duplo de R. de Millon; produz-se coloração vermelha que se intensifica com o tempo e vira ao vermelho-vinoso. (Reacção comum aos estrogêneos com grupos oxidrilos em posição *para*).
- 2) Adicionado de solução alcoólica de pentacloro de antimónio, toma coloração vermelha.
- 3) Se a uma suspensão do produto em SO_4H_2 conc. se juntar uma gota de cloreto de benzilo, produz-se coloração azul-esverdeada.
- 4) Com ácido diazobenzolsulfónico, produz-se coloração amarelo-avermelhada.

Ensaio de pureza:

- 1) Limite de 3-4-*di-p*-metoxifenil-hexano (*F. Brit.*) (⁴¹): 0,2 g. da substância+3 cm^3 de OHNa N/1+3 cm^3 de água (*F. Intern.*, 1,5 de OHNa +4,5 de água).

A opalescência não é maior que a produzida após 5 minutos, por uma mistura de:

0,5 cm^3 de ClH N/1.000+0,1 cm^3 de NO^3 Ag em 6 cm^3 de água.

- 2) Uma solução de dietilestilbestrol a 2 % em álcool de 70 %, é neutra ao tornasol.
- 3) Seco a 105° por 4 horas, não perde mais de 0,5 % do seu peso (*F. Fanc.*; até peso constante, não perde mais de 1 %).

* *The Extra Pharmacopeia*, indica 168°-171° e a *F. Internacional*, 167°-173°.

** A *F. Francesa*, requiere que funda entre 123°-124°.

- 4) Incinerado, não deixa mais de 0,05 % de resíduo (*F. Francesa e Inglesa* admitem 0,10 %).

Doseamento:

Sob a forma de diacetato que se pesa e multiplica por 0,7615 (*Farm. Britânica: 0,7614*).

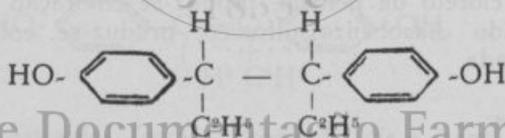
Formas farmacêuticas {
 Cápsulas de 0,1 — 0,5 — 1 e 5 mg.
 Comprimidos de 0,1 — 0,25 — 0,5 — 1 e 5 mg.
 Drageias de 0,25 — 0,5 — 1 e 5 mg.
 Injectável oleoso a 0,5 — 1 e 5 mg.
 Supositórios de 0,1 e 0,5 mg.
 Supositórios vaginais de 0,1 e 0,5 mg.

Doses usuais: — 0,5 a 1 mg. diários por via oral;
 1 a 5 mg. uma ou mais vezes por semana, por via intramuscular.

Para alívio do cancro mamário — 15 mg. diários.

HEXESTROL (1, 30, 48, 49, 56, 57)

Sin.: *Hexanestrol, Hextrano, Hormoestrol, Dihidroestilbestrol*
p-p'-dihidroxi-difenil-3,4-n-hexano



Propriedades:

Pó cristalino branco e inodoro, que funde entre 185°-188° (*F. Francesa* diz que deve fundir entre 185°-186°); muito solúvel no éter e no acetato de etilo; solúvel na acetona, no etanol e no metanol; pouco solúvel no clorofórmio e no benzeno e praticamente insolúvel na água e nos ácidos diluídos. Pode dissolver-se nos óleos vegetais e nos solutos alcalinos.

É inactivo sobre a luz polarizada.

Identificação:

- 1) O soluto alcoólico a 1 %/100 adicionado de III gotas de cloreto férrico, dá lugar a uma coloração verde-amarelada que passa a amarela.
- 2) Uma solução clorofórmica adicionada de solução clorofórmica de tricloreto de antimónio, dá lugar a coloração avermelhada.

- 3) O diacetato obtido na dosagem deve ter um ponto de fusão compreendido entre 137°-139°.

Ensaio de pureza:

- 1) Aquecido a 100° até peso constante, não perde mais de 0,5 % do seu peso (F. Francesa; 1 %).
- 2) Incinerado não deve deixar resíduo superior a 0,05 % (F. Francesa admite 0,10 %).
- 3) Dissolver a quente, 0,1 gr. de hexestrol em 10 ml. de OHNa; a solução deve ser transparente e incolor; diluir esta com água até 20 ml. e adicionar V gotas de sulfureto de sódio a 10 % — o escurecimento não deve ser superior ao de um padrão adicionado de 0,02 milig. de chumbo.
- 4) 5 mg. de substância dissolvidos em 3 ml. de SO⁴ H² conc.; não se observa qualquer coloração.

Doseamento:

Sob a forma de diacetato, empregando o factor de conversão 0,7628.

Formas farmacêuticas: } Comprimidos a 0,2, 1 e 3 mg.
 } Sóluto oleoso a 1 e 5 mg./c.c.

Doses:

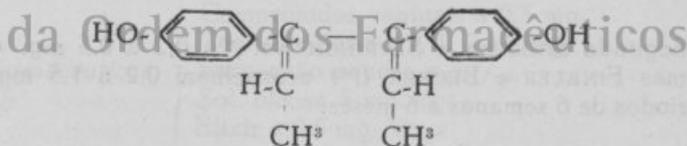
Via oral — 2 a 3 mg. «pro die»

Via parenteral — 2 a 5 mg. «pro die».

DIENESTROL (1, 41, 43, 54, 57)

Sin.: Hexadieno, Hexadienestrol, Dehidroestilbestrol

3,4 — bis (p-hidroxifenil) — 2 — 4 — hexadieno



Difere do dietilestilbestrol somente pela substituição dos grupos CH² CH² — por radicais CH²-CH=

Foi sintetizado por DODDS e col., e mais tarde por um método diferente do seguido por aqueles cientistas (62).

Características:

Pó cristalino branco e inodoro, praticamente insolúvel na água, solúvel no álcool (95 %), na acetona e no éter; pouco solúvel no benzeno e solúvel nos hidróxidos alcalinos. Funde entre 232°-234°.

Identificação:

- 1) Tratar 1 mg. de dienestrol com 5 ml. de ácido acético glacial e adicionar 0,2 ml. de solução a 1 % de bromo em ácido acético glacial (v/v); deixar repousar por 20 segundos e juntar 1 gota de fenol liquido; aquecer a banho de água por 2 minutos — produz-se coloração verde-esmeralda; ajuntar alguns mg. de sacrose continuando o aquecimento a banho de água — a coloração verde vira ao azul, ao cinzento e finalmente ao vermelho-acastanhada.
- 2) Tratar 1 mg. de dienestrol com 5 ml. de ácido acético glacial e adicionar 1 ml. de solução a 1 % de bromo em ácido acético glacial (v/v); aquecer a banho de água por 2 minutos; colocar 0,5 ml. desta solução em um tubo seco e adicionar-lhe 0,5 ml. de alcool desidratado; misturar e diluir com 10 ml. de água — produz-se coloração vermelho-violácea; ajunte 5 ml. de clorofórmio e agite vigorosamente; deixe separar: o clorofórmio cora-se de laranja-avermelhado e a capa aquosa fica praticamente incolor.
- 3) A extinção de um soluto a 0,0005 % (p/v) em alcool isopropilico a 227 m μ é de 0,520 a 0,545.

Residuo por incineração:

Não é superior a 0,1 %

Doseamento:

Sob a forma de diacetato empregando o factor de conversão 0,7600, ou por colorimetria.

Formas farmacêuticas: } Comprimidos a 0,1, 0,5, 1, 1,5 e 10 mg.
 } Suspensão aquosa inj. a 5 mg./cm³

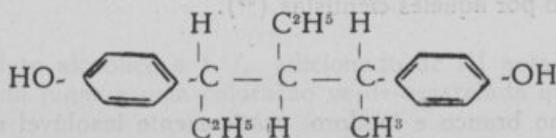
Solução oleosa inj. a 1 e 5 mg./cm³

Doses:

Segundo SIKKEMA e SEVRINGHANS⁽⁶³⁾ 0,2 a 0,5 mg. «pro die», mas FINKLER e BECKER⁽⁶⁴⁾ aconselham 0,2 a 1,5 mg. por períodos de 6 semanas a 6 meses.

BENZESTROL (1, 43, 44, 54)

(Octofolina)



2,4 — di (p-hidroxifenil) — 3 — etilhexano

Caracteres:

Pó cristalino branco e inodoro de ponto de fusão 162°-166°. Facilmente solúvel na acetona, no éter, no etanol, no metanol e em sol. dil. de OHNa; também se dissolve nos óleos vegetais; pouco solúvel em ácido acético e menos no benzeno, clorofórmio, petróleo e álcool diluído; insolúvel na água e nos ácidos minerais diluídos.

Identificação:

- 1) 10 mg.+2 c.c. SO⁴ H² conc. — col. amarela pálida que persiste diluindo com água.
- 2) A uma sol. dil. de benzestrol em clorofórmio isento de álcool, adicionar algumas gotas de sol. a 50 % de Cl₅ Sb no mesmo dissolvente — col. verde que passa rapidamente a parda.
- 3) 0,1 g+1 c.c. cloreto de benzoilo; aquecer e manter à ebulição suave por 5 minutos; arrefecer e juntar 20 c.c. OHNa N/ agitando até que se separe massa sólida. Filtrar e lavar o pp. com OH² e recristalizar no álcool quente. O p. f. do produto obtido (benzoato de benzestrol) deve estar compreendido entre 110°-120°.

Ensaio de pureza:

- 1) A sol. etérea de 0,1 g. em 5 c.c. de éter, deve ser transparente e incolor.
- 2) A sol. de 0,1 g. em 5 c.c. de etanol a 75 % previamente neutralizado, deve ser neutra.

Dosagem:

Por bromometria.

Formas farmacêuticas:

- Comprimidos vaginais a 0,5 mg.
- Comprimidos a 0,5, 1, 2 e 5 mg.
- Suspensão aquosa a 5 %/100.
- Sol. oleosa 5 mg./cc.
- Elixir a 0,5 mg./cc.

Doses:

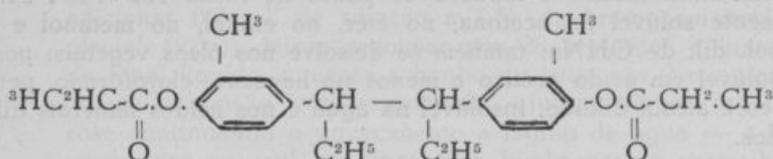
oral — 2 a 3 mg. «pro die».

parenteral — 2 a 5 mg. «pro die».

PROMESTROL (1, 43, 44, 54)

Sin.: *Prometestrol; Meprano; Dimetilhexestrol.*

3,4-bis (m-metil-p-propionoxifenil) hexano

**Caracteres:**

Pó cristalino branco, inodoro; insolúvel em água, nos ácidos diluídos e nos álcalis; pouco solúvel em álcool e facilmente solúvel em benzol, éter e acetato de etilo. Ponto de fusão 113°-116°.

Identificação:

10 mg.+1 cc. $\text{SO}^4 \text{H}^2$ conc: — líquido amarelo-alaranjado que diluído com 10 cc. de OH^2 — líquido rosado que se torna branco ao fim de pouco tempo (diferença com os outros estrogêneos sintéticos).

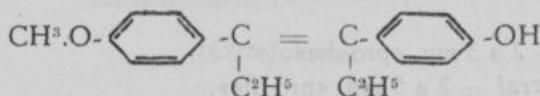
Formas farmacêuticas: Comprimidos de 1 mg.

Doses:

1 mg. 3 vezes por dia, reduzindo-se as doses até 1 mg. diário, por via oral.

Centro de Documentação Farmacêutica
MESTILBOL (1, 43, 44)
da Ordem dos Farmacêuticos
Sin.: Monomestrol

Éter monometílico do dietilestilbestrol
3-*p*-hidroxifenil-4-*p*-metoxifenil-3-hexano

**Caracteres:**

Pó cristalino branco, insolúvel em água, nos ácidos minerais e nos hidróxidos alcalinos concentrados; solúvel nos dissolventes orgânicos, nos óleos e nas soluções alcoólicas de OHK e OHNa. Ponto de fusão 112°-117°.

Identificação:

- 1) 0,10 grs. + 5 cc. $\text{SO}^4 \text{H}^2$ conc. — coloração alaranjada que desaparece por diluição em água.
- 2) Solução alcoólica + sol. alc. de $\text{Cl}^{\circ} \text{Sb}$ — coloração vermelha que passa a púrpura.

Ensaio de pureza:

- 1) Por aquecimento a $100^{\circ}/4$ horas não deve perder mais de 0,50 % do seu peso.
- 2) Calcinado após humedecimento com $\text{SO}^4 \text{H}^2$, não deve deixar resíduo superior a 1 %.

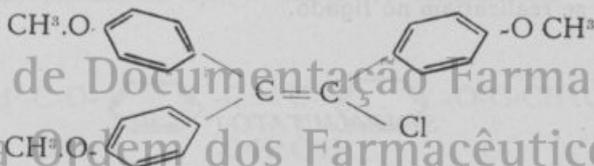
Formas farmacêuticas: } Comprimidos a 0,25, 0,5, 1 e 2,5 mg.
 } Sol. oleosa a 10 e 25 mg.

Doses:

Oral — 0,5 a 1 mg. «pro die».
 Parenteral — 10 a 25 mg. 2 vezes por semana.

CLOROTRIANISENE (27, 28, 61)

Sin.: TACE (Merrel) tri-*p*-anisil-cloroetileno



Centro de Documentação Farmacêutica
 da Ordem dos Farmacêuticos

Propriedades:

Pó cristalino branco e indoro que funde entre 114° - 117° , tornando-se xaroposo a 108° .
 Solúvel na acetona, no benzeno e no clorofórmio e muito pouco solúvel na água.

Identificação:

Dissolvendo 10 mg. da substância em 2 ml. de $\text{SO}^4 \text{H}^2$, observa-se coloração púrpura; adicionando em seguida 5 ml. de água, aquela coloração passa a rósea, turvando-se o líquido.

Ensaio de pureza:

- 1) Seco sobre $SO_4 H^2$, durante 24 horas, não deve perder mais de 1 % do seu peso.
- 2) As cinzas não devem ser superiores a 0,05 %.

Dosagem:

- 1) Por espectrofotometria em solução clorofórmica a 0,001 %, a 310 $m\mu$.
- 2) Dosagem do cloro pelo método de Charpentier-Vollard depois de o produto ter sido previamente aquecido com sódio em álcool absoluto.

Formas farmacêuticas:

Cápsulas doseadas a 12 mg.

Doses:

De 12 a 24 mg. por dia e por via oral.

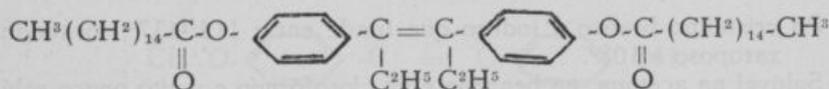
NOTA

Quando administrado oralmente, a actividade estrogénica determinada nas fezes, é superior à quantidade administrada, o que indica que a actividade do medicamento é exaltada por processos metabólicos, que se realizariam no fígado.

Centro de Documentação Farmacêutica

STILPALMITATO (1, 43, 44) da Ordem dos Farmacêuticos

Sin.: *Dipalmitato de dietilstilbestrol, Palmitato de dietildioxiestilbeno, Éster dipalmitico do dietilstilbestrol*

*Caracteres:*

Pó cristalino branco ou branco-amarelado, inodoro, insolúvel em água, pouco solúvel no álcool e nos óleos gordos solúvel no éter e no clorofórmio. Ponto de fusão 81°-85°.

Identificação:

- 1) 0,10 g.+2 cc. $\text{SO}^4 \text{H}^2$ conc. — coloração alaranjada que desaparece por diluição com água.
- 2) Dissolvido no álcool absoluto e adicionado de sol. alcoólico de $\text{Cl}^5 \text{Sb}$ — coloração vermelha.

Ensaio de pureza:

- 1) Seco no vácuo até peso constante, não deve perder mais de 0,2 % do seu peso.
- 2) Calcinado após prévio humedecimento com $\text{SO}^4 \text{H}^2$, não deve deixar resíduo superior a 0,05 %.

Doseamento:

Sob a forma de dietilestilbestrol.

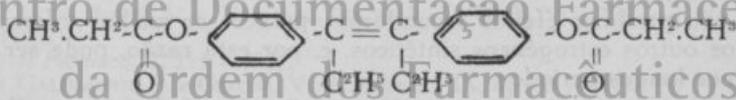
Formas farmacêuticas: Soluto oleoso a 7 e 14 mg./cc.

Doses:

Únicamente por via intramuscular à dose média de 7 mg. diários, ou o equivalente a 5 ou 10 mg. de dietilestilbestrol.

PROSTILBENO (1, 43, 44, 57, 60)

Sin.: Dipropionato de dietilestilbestrol, Cireno B, Cicloestrina, Sin-estrol, Dipropionato de α, α' — dietil-4,4'-etilbenodiol

**Características:**

Pó cristalino branco inodoro e insípido; solúvel nos óleos e nos dissolventes dos lipóides; muito pouco solúvel em água e nos ácidos minerais diluídos e insolúvel nos sol. alcalinos. Ponto de fusão 104°-106°.

Identificação:

- 1) 0,10g+2 cc. $\text{SO}^2 \text{H}^4$ conc. — coloração alaranjada que desaparece por diluição em água.
- 2) Dissolvido em álcool absoluto e adicionado de sol. alc. de $\text{Cl}^5 \text{Sb}$ — coloração vermelha.

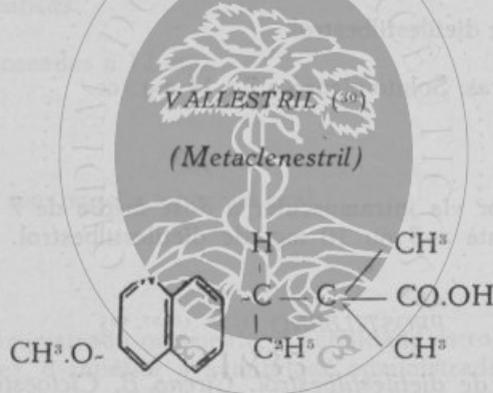
Ensaio de pureza:

- 1) Seco a 80° até peso constante, não deve perder mais de 0,5 % do seu peso.
- 2) Calcinado com humedecimento prévio em SO⁴ H², não deve deixar resíduo superior a 0,05 %.
- 3) A suspensão de 0,10 g. em 10 cc. de álcool absoluto deve ser neutra ao tornasol.

Doseamento:

Sob a forma de dietilestilbestrol, usando o factor de conversão 1,418.

Formas farmacêuticas: } Comprimidos 0,5, 1 e 5 mg.
 } Sol. oleoso 0,5, 1 e 5 mg.



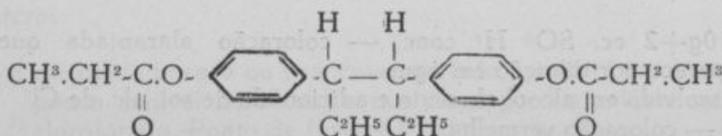
É um novo estrogéneo de síntese, estudado pelos investigadores dos Laboratórios Searle.

Por não produzir efeitos secundários, parece ser melhor tolerado que alguns dos outros estrogéneos sintéticos, e, por esta razão, pode ser administrado por longos períodos.

Tal como acontece com os outros estrogéneos de síntese, é muito activo em pequenas doses.

Formas farmacêuticas: Comprimidos de 3 mg.

DIPROPIONATO DE HEXESTROL (37)



Características:

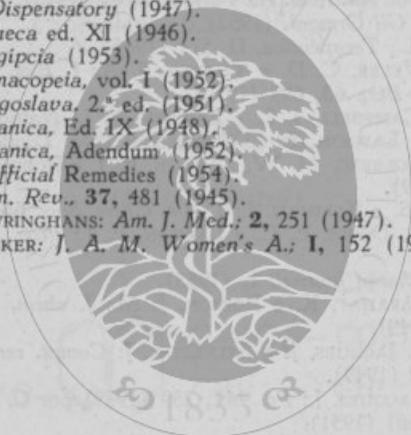
Pó cristalino branco de cheiro fraco. Solúvel em álcool, éter e óleos fixos; muito pouco solúvel em água. Ponto de fusão 124°-127°.

Formas farmacêuticas: Solutio oleoso a 1 e 5 0/00.

BIBLIOGRAFIA

- (¹) *Farmácia Prática de Remington*, Edição Mexicana (1953).
 (²) PALASI, V. VILLAR: *An. Real. Ac. Farm.*, **12**, 85 (1946).
 (³) PACE, EDGARDO: *Gli Ormoni*, (1952).
 (⁴) VELÁSQUEZ, B. L.: *Terapêutica*, **II**, 574 (1945).
 (⁵) DOISY, E. A.; VÉLER, C. D. e THAYER, S. A.: *J. Biol. Chem.*, **86**, 499 (1930).
 (⁶) BUTENANDT, A., *Ber.*, **63**, 699 (1930).
 (⁷) DODDS, E. C., CAMPBELL, I. L. e LAWSON, E. J.: *Nature*, **141**, 78 (1938).
 (⁸) DODDS, E. C. e LAWSON, E. J.: *Proc. Roy. Soc. London*, **B 125**, 222 (1938).
 (⁹) DODDS, E. C., GOLBERG, M. W., LAWSON, E. J. e ROBINSON, R.: *Proc. Roy. Soc. London*, **B 127**, 140 (1939).
 (¹⁰) KHARASCH, M. S. e KLEIMAN, J.: *J. Am. Chem. Soc.*, **65**, 11 e 491 (1943).
 (¹¹) CAMPBELL, I. L., DODDS, E. C. e LAWSON, E. J.: *Proc. Roy. Soc. London*, **128**, 253 (1940).
 (¹²) *The Lebanese Pharm. Journal*, **1**, (1953).
 (¹³) TADROS, W., FARAHAT, K. e ROBSON, J. M.: *J. chem. soc.*, 439-41 (1949) por *C. A.*, **43**, 19, 7468 i (1949).
 (¹⁴) HOREAU, ALAIN, JACQUES, J. e SYLVESTRE, J.: *Compt. rend.* **227**, 1278-80 (1948) por *C. A.*, **43**, 10, 3814 d (1949).
 (¹⁵) HOREAU, A. e JACQUES, J.: *Fr.* **941**, 289 (1949) por *C. A.* **44**, 20, 9482 (1950).
 (¹⁶) *Il Farmaco*, **6**, 661 (1951).
 (¹⁷) *Il Farmaco*, **7**, 485 (1952).
 (¹⁸) RINDERKNECHT, H. e ROWE, L. W.: *Science*, **115**, 292-3 (1952) por *C. A.* **46**, 21, 10542 (1952).
 (¹⁹) HOGG, JOHN A.: *U. S.*, **2**, 582, 252, por *C. A.* **46**, 21, 10.198 i (1952).
 (²⁰) HOGG, JOHN A. e NATHAN, ALAN H.: *U. S.*, **2**, 582, 253, por *C. A.* **46**, 21, 10.198 (1952).
 (²¹) *Il Farmaco*, **7**, 115 (1952).
 (²²) GALIMBERTI, P. e GEROSA, V.: *Il Farmaco*, **IX**, **3**, 160 (1954).
 (²³) PREZIOZI, P.: *Il Farmaco*, **9**, 166 (1954).
 (²⁴) *Jornal do Médico*, **XXIII**, **583**, 803 (1954).
 (²⁵) KAYSER, EMIL e SVARZ, JERRY.: *U. S.*, **2**, 502, 325 (1950).
 (²⁶) *Il Farmaco*, **7**, 382 (1952).
 (²⁷) *J. A. M. A.*, **151**, 43 (1953).
 (²⁸) *Journal Pharm. Belgique*, **3**, 588 (1953).
 (²⁹) *New and Nonofficial Remedies*, (1953).
 (³⁰) *Anais Azevedos*, **V**, 1, 57 (1953).
 (³¹) *Rev. Farm.* **89**, 345/65 (1946) por *Chem. Abst.* **41**, 4, 10.279 g (1947).
 (³²) NIEDERL, J. B. e SILVERSTEIN, R. M.: *J. Org. Chem.*, **14**, 10-13 (1949) *C. A.*, **43**, 10, 3812 h (1949).
 (³³) *An. Real Ac. Farm.* **10**, 791 (1944).
 (³⁴) MARTIN, R. H.: *Chemistry and Industry*, **94** (1944).
 (³⁵) RATSCHOW, ERGEB.: *Inn. Med.*, **60**, 138 (1941).
 (³⁶) SIKKEMA e SEVRINGHANS: *Am. J. Med.*, **2**, 251 (1947).
 (³⁷) *J. A. M. A.* **150**, 16, 1634 (1952).
 (³⁸) *Pat. Brit.*, **607**, 664, 2 Setembro 1948, por *Il Farmaco*, **5**, 568 (1950).
 (³⁹) *Farmacopeia Francesa* (1949).

- (⁴⁰) *Farmacopeia Americana*, XIV.
 (⁴¹) *Farmacopeia Britânica* (1951).
 (⁴²) *Farmacopeia Internacional*, 1.^a Ed. (1951).
 (⁴³) *New and Nonofficial Remedies* (1952).
 (⁴⁴) *Medicamenta*, tomo II (1951).
 (⁴⁵) DINGEMANNSE: *Acta brev. Neerl Physiol.*, **10**, 118 (1940) por *An. Real Ac. Farm.*, **10**, 791 (1944).
 (⁴⁶) DECHENE: *J. A. M. A.*, **30**, 208 (1941).
 (⁴⁷) TUBIS, M. e BLOOM, A.: *Ind. Eng. Chem. Anal. Ed.*, **14**, 309 (1942) por *An. Real Ac. Farm.*, **10**, 791 (1944).
 (⁴⁸) KELLI, CLARK, A. e JAMES, ARTHUR E.: *J. Am. Pharm. Assoc.*, **41**, 97 (1952).
 (⁴⁹) *New and Nonofficial Remedies* (1951).
 (⁵⁰) SMITH, J. W. G. e TURFITT, G. E.: *J. Pharm. Pharmacol.*, **2**, 10 (1950).
 (⁵¹) CHEYMOL, J. e CARAYOU-GENTIL, A.: *Bull. soc. chim. biol.*, **29**, 1075 (1947).
 (⁵²) ALMEIDA BALTAZAR, J. A. e VIEIRA ABREU, M. M.: *Rev. Port. Farm.*, **3** 173 (1953).
 (⁵³) AXELROD, L. R.: *J. Biol. Chem.*, **201**, 59 (1953) por *J. Pharm. Pharmacol.*, **V**, 7, 470 (1953).
 (⁵⁴) *United States Dispensatory* (1947).
 (⁵⁵) *Farmacopeia Sueca* ed. XII (1946).
 (⁵⁶) *Farmacopeia Egípcia* (1953).
 (⁵⁷) *The Extra Pharmacopeia*, vol. I (1952).
 (⁵⁸) *Farmacopeia Jugoslava*, 2.^a ed. (1951).
 (⁵⁹) *Farmacopeia Danica*, Ed. IX (1948).
 (⁶⁰) *Farmacopeia Danica*, Adendum (1952).
 (⁶¹) *New and Nonofficial Remedies* (1954).
 (⁶²) SOLMSEN: *chem. Rev.*, **37**, 481 (1945).
 (⁶³) SIKKEMA e SEVRINGHANS: *Am. J. Med.*, **2**, 251 (1947).
 (⁶⁴) FINKLER e BECKER: *J. A. M. Women's A.*, **1**, 152 (1946) por *United S. Dispensatory* (1947).



Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos

RESUMOS

FARMÁCIA GALÉNICA

O EMPREGO DE GLICOIS POLIETILÉNICOS NA DRAGEIFICAÇÃO DE COMPRIMIDOS

GANS. E. H. e CHAVKIN, L.: *J. Am. Pharm. Assoc. (Sci. Ed.)* 43, 483 (1954)

Segundo os AA., o adjuvante ideal a utilizar na operação de drageificação deveria satisfazer a todas as seguintes condições:

- 1) ser praticamente atóxico;
- 2) ser branco, ou incolor;
- 3) ser sólido e estável ao ar, luz, calor e humidade;
- 4) permitir uma fácil aplicação, sem a necessidade de aparelhagem especial;
- 5) ser quimicamente inerte e compatível com a maior parte dos medicamentos;
- 6) ser facilmente solúvel nos líquidos gastro-intestinais;
- 7) ser solúvel em dissolventes voláteis como o álcool, a fim de facilitar a secagem e evitar o ataque das substâncias higroscópicas existentes nos comprimidos;
- 8) ser barato;
- 9) ser praticamente inodoro e insípido.

Passando em revista as qualidades e defeitos do açúcar e de outros compostos de possível utilização na cobertura dos comprimidos, os AA. propõem o emprego de «carbowax 6000» — técnica que parece de grande interesse industrial e que resumidamente consiste no seguinte:

Faz-se, inicialmente, uma cobertura protectora com várias aplicações duma solução alcoólica a 25 % do glicol (aquecida a + 50°); depois completa-se a drageificação propriamente dita com aplicações sucessivas duma solução análoga mais concentrada (a 50 %).

A coloração é efectuada a seguir, pela aplicação de várias camadas duma solução alcoólica a 40 % do «carbowax» contendo o corante adequado.

O alisamento final consegue-se deixando as drageias coradas durante 3 h. na estufa a + 50°.

Por último, é feito o polimento à maneira habitual, recomendando os AA. uma solução de cera branca e cera de carnauba, em tetracloreto de carbono.

A. M. L.

O POLIETILENOGLICOL 4000 COMO AGLUTINANTE NA PREPARAÇÃO DE COMPRIMIDOS POR DUPLA COMPRESSÃO

MILLER B. e CHAVKIN L.: *J. Am. Pharm. Assoc. (Sci. Ed.)*, 43, 486 (1954)

São bem conhecidas as vantagens da preparação de comprimidos pela técnica da dupla compressão, ou seja, em que o granulado é obtido a seco: economia de tempo, eliminação do emprego de estufas para secagem do granulado obtido por humedecimento dos pós, supressão de alterações de

drogas susceptíveis de modificações por efeito da humidade e aquecimento, consequente redução do custo preparatório. Um óbice para a utilização deste método de preparação encontra-se na necessidade de se dispor de máquinas pesadas, de grande pressão, para a execução da primeira compressão, além de ser limitado àquelas drogas que possuem propriedades físicas naturais que levam a agregar-se, coesivamente, sob a compressão.

Os AA. ensaiaram a utilização de polietilenoglicol 4000 como aglutinante capaz de superar estas limitações, permitindo, particularmente, o simples uso de máquinas de comprimir de emprego corrente.

A utilização de 15 a 25 por cento desta substância (nalguns casos insuável por incompatibilidade com certas drogas, como os salicilatos que, baixando o ponto de fusão dos polietilenoglicóis, levam à obtenção de comprimidos amolecidos), permitiria, estabelecendo fórmulas equilibradas sob o ponto de vista das quantidades relativas dos outros componentes do pó a comprimir, preparar comprimidos por dupla compressão dispensando as máquinas pesadas exigidas normalmente para a primeira operação compressora.

L. S. C.

FARMACOGNÓSIA E ANÁLISES APLICADAS

DETERMINAÇÃO DO CHUMBO NOS PRODUTOS ALIMENTARES

LOCKWOOD, H. C.: *Analyst*, 79, 143-6 (1954) e C. A., 48, 6609 (1954)

Misture 10 g da amostra com 5 cm³ de soluto a 5 % de Ca (N O₃)₂ e q. b. de H₂O para fazer pasta espessa.

Aqueça em cadinho e faça as cinzas, tendo o cuidado de evitar projecções e consequentes perdas de matéria.

Transfira as cinzas para um copo ou balão e junte-lhe 10 cm³ de HCl, 3 N. Filtre e lave o cadinho, o balão e o filtro, sucessivamente, 3 vezes com pequenas porções de água, perfazendo o filtrado total 30 a 35 cm³. Junte 20 cm³ de soluto alcalino de citrato e 8 gotas de soluto indicador de azul de bromotimol.

Junte OHNH₄, 6N até coloração azul-esverdeada e trate com 20 cm³ de reagente de dietilditiocarbonato dietilamônio, recentemente preparado.

Agite e deixe separar as camadas.

Extraia mais 2 vezes com porções de 5 cm³ de reagente. Destile os líquidos de extracção até quase à secura; junte 1 cm³ de H₂SO₄, 0,5 cm³ de HClO₄ e 50 mg de K₂SO₄. Aqueça até a mistura se tornar quase incolor. Junte 6 gotas de HClO₄ e aqueça até libertar fumos brancos.

Junte 5 cm³ de soluto de citrato alcalino e 8 cm³ de OHNH₄, 6N. Aqueça 30 segundos, arrefaça e junte 2 cm³ de soluto a 10 % de KCN.

Titule com soluto de ditizona, adicionado em pequenas porções e mantendo o pH entre 8 e 9.

Por este processo 0,2 a 1,5 partes, por milhão, foram determinadas em 20 produtos de uso comum.

J. O.

HISTÓRIA



O EMBLEMA DA FARMÁCIA (*)

Entre os emblemas das Ciências Farmacêuticas, o mais expressivo e o mais completo é composto de uma *palmeira* assente na *terra* em que se vêem plantas e flores, na qual se enrola uma *serpente*.

Para explicar o que este emblema significa, embora com certas variantes, teremos de remontar aos tempos fabulosos ou heróicos, em que a *arte de curar* era privativa dos sacerdotes e oriunda dos deuses em templos a eles dedicados, em geral situados nos campos, rodeados de bosques, como o de Megalópolis; em vales cercados de colinas, como o de Epidauro ou, ainda, à beira-mar, em promontórios alegres e férteis, como o de Cilena, mas sempre em lugares providos de abundante água, não poucas vezes minero-medicinal, já então empregada para tratamento de diversas enfermidades. Reuniam, por isso, condições higiénicas semelhantes às dos modernos sanatórios.

Ocupa situação de relevo na Mitologia Farmacêutica o Centauro Quiron, filho de Saturno e que vivia em Pélion (Tessália) antes da expedição dos argonautas. Foi um dos heróis cujos conhecimentos tiveram maior celebridade entre os gregos, e a quem se atribui o ter empregado pela primeira vez determinadas plantas para o tratamento de certas doenças. Transmitiu o seu saber a vários discípulos, a maioria dos quais figura na *Iliada*. De Aristides se diz que foi quem ensinou a extrair o óleo da azeitona, a preparar o queijo e a colher o mel. Mas o que se tornou mais notável foi Esculápio, filho de Apolo e de Corónis, a quem consideravam o deus da Medicina clínica (de *Kline* — cama), o mesmo que dizer, que foi o primeiro a visitar os doentes em suas casas, como nos nossos dias.

Nos templos sagrados dedicados a Esculápio era este deus pagão representado de diferentes formas. No de Epidauro erguia-se uma estátua de tamanho extraordinário, de marfim e ouro, feita pelo célebre escultor Trasimedes. Mais frequente era a figura do herói, de pé, envolta numa ampla túnica, de peito nu, apoiada a mão direita num nodoso bastão em que se enrola uma serpente.

Não são concordes os historiadores acerca do significado desses atributos. Segundo uns, a serpente significava a argúcia, a vigilância e a prudência, qualidades estas que um médico deve possuir; segundo outros, a necessidade que tem a Medicina de renovar-se constantemente, tal como a serpente, que renova a pele periodicamente. O bastão vinha-lhe do estreito parentesco que Esculápio tinha com Hércules, representado sempre com uma clava.

É curioso notar o papel que na antiguidade representou a serpente nos domínios da crença e da superstição.

Referem velhos alfarrábios, que uma índia teria obtido numa taça de alabastro o veneno da língua da serpente, considerado o primeiro e o mais corrosivo, daí vindo a alusão às *linguas venenosas*, resistentes, através dos tempos, à acção depuradora da moral e da cultura, e ainda existentes nos tempos correntes com igual ou, talvez, superior invulnerabilidade...

Os fenícios chamavam-lhe o Bom demónio; os egípcios representavam o Mundo por uma serpente metida num ovo; os gregos e os romanos viam nela o símbolo da eternidade. Enquanto alguns autores asseguravam que havia povos que utilizavam a sua carne

(*) Autores consultados, embora nem sempre concordes: Maurice Bouvet, Louis Irissou, Folch y Andreu e Emilio Fraçoso.

como alimento, que lhes prolongava a vida extraordinariamente, outros, como Charaz, atribuíram-lhe a qualidade de medicamento. Hoje, ainda, entre nós se emprega o chá da pele da cobra contra o quebranto e outras formas de mau olhar. A rapidez com que se move de um para outro lado, as figuras aparentemente místicas que parece formar quando se enrosca sobre si, a sua força e longevidade e, ainda, o perigo da sua mordedura, feriram de tal modo a imaginação dos homens primitivos, que os Asclépiades tinham nos seus templos serpentes amestradas, que utilizavam em feitiçarias diversas.

Plínio escreveu que a serpente era o emblema da Medicina porque fornecia à arte de curar preciosos remédios.

Quando, mais tarde, (segundo J. Orient, no princípio do Século XII) a arte de curar se cindiu, nitidamente, em duas, isto é, quando a evolução dos conhecimentos trouxe a necessidade de especializar o estudo e a prática da Medicina, bem como a preparação e o estudo da acção farmacodinâmica dos medicamentos, a Farmácia e a Medicina passaram a constituir duas ciências distintas, de categoria igual e intimamente ligadas. A Medicina adoptou como emblema o bastão com a serpente, de Esculápio; a Farmácia aproveitou do mesmo a serpente, completando a representação da sua ramificação profissional, com uma palmeira enraizada à terra.

O emblema da Farmácia, como o apresenta em nitida gravura o Codex Medicamentarius Gallicus, na sua 6.^a edição, apareceu pela primeira vez, assim completo, em 1777, em França, adoptado pelo *Collège de Pharmacie de Paris*. Mais tarde, a Sociedade Farmacêutica Lusitana, academia científica fundada em 1835, inscreveu-o no artigo 2.^o do seu Estatuto. Ela o escolheu, ela o difundiu, ela o oficializou, como colectividade há muito mais de um século, de facto e de direito, representativa das Ciências Farmacêuticas em Portugal. Diplomas de Curso, reproduzem-no integralmente.

Qual o significado de cada um dos elementos que constituem o emblema?

O Estatuto da Sociedade Farmacêutica Lusitana, aprovado em 7 de Maio de 1838, diz ser a palmeira um dos símbolos da Natureza e a serpente, o símbolo de Esculápio. Mais explícito, porventura, e mais completo será, que a serpente, a palmeira e a terra representam os três reinos da Natureza: o vegetal, representado pela palmeira; o animal, representado pela serpente; o mineral, pela terra. A divisa é: *In His Tribus Versantur*, da qual se depreende, que estes três reinos forneceram as matérias primas da Farmácia.

ADOLFO TEIXEIRA

Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos

BIBLIOGRAFIA

«REVISTA FARMACÊUTICA» DO SINDICATO NACIONAL DOS FARMACÊUTICOS DA ÍNDIA PORTUGUESA

Recebemos e agradecemos mais dois números (2.º e 3.º) da Revista Farmacêutica, órgão do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos da Índia Portuguesa que continua a manter esplêndido aspecto gráfico e óptima e valiosa colaboração.

Transcrevemos a seguir os sumários destes dois volumes:

VOLUME II

- Editorial
Professor Doutor Álvaro Colaço
A Orgânica da Investigação Científica — Prof. Dr. Álvaro Colaço
Sócios Honorários do Sindicato
Revivescência da Ciência Farmacêutica em Goa — Dr. Pedro Joaquim Peregrino da Costa
As Farmácias e os Farmacêuticos Goeses. A sua missão e o âmbito da sua acção — J. Rafael dos Remédios Barreto
Acerca das Preparações Medicamentosas — Dr. António da Piedade Noronha e Cirilo de Oliveira Fernandes
Dois Boticários célebres de Goa no Século XVII — José Avelino Soares
O Frog Test na determinação da Gravidez — Augusto Barreto
Sindicato Nacional dos Farmacêuticos da Índia Portuguesa — Palmira Sabina Lopes
Estudo sobre a história da Farmácia Ayurvédica — Xripati R. Vaidia
Secção Profissional

VOLUME III

- Dr. António da Piedade Noronha
A Farmácia na Organização Corporativa — Prof. Doutor Guilherme de Barros e Cunha
Estudos de Princípios Activos de *Gymnema Sylvestre*, Robert Brown — Prof. Dr. António da Piedade Noronha e Maria Silvia Teresa Veloso Pinto
A quimioterapia e a quimioprofilaxia da filariase bancroftiana — Dr. José Filipe Mesquita
Plantas aromáticas de Goa — Joaquim Rafael dos R. Barreto
A Amebíase e o Diagnóstico Laboratorial — Augusto Barreto
O Futuro da Farmácia — Domingos Xavier Carlos Correia
Estudo sobre a História da Farmácia Ayurvédica — Xripati R. Baidia
O Progresso da Farmácia — Eduardo José M. de Sousa
Secção Profissional.

M. T.

PERMUTA DE LIVROS

Por acertada sugestão da Direcção da Secção do Porto do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos, criamos esta nova Secção que se destina à troca, compra e venda de livros entre todos os nossos leitores.

Desnecessário se torna encarecer as vantagens que daqui podem advir e, por isso, esperamos que os leitores passem a utilizar esta Secção de modo a que no próximo número já possamos anunciar algumas ofertas e procuras.

O CORPO REDACTORIAL

SECÇÃO PROFISSIONAL

I — DOCTRINA

PROBLEMA QUE É NECESSÁRIO RESOLVER E QUE IMPLICA O PRESENTE E O FUTURO DOS FARMACÊUTICOS EM PORTUGAL

Este artigo não tem a data da Revista em que é publicado. Foi escrito um ou dois meses antes da sua publicação. Talvez por isso chegue ao contacto dos nossos leitores, desactualizado. Desde já fazemos votos porque assim suceda. Sinal era de que um dos problemas que mais tem preocupado os farmacêuticos portugueses e portanto a Direcção do seu Sindicato, estaria resolvido.

O Decreto n.º 39 633 de que tratámos no último número desta Revista possui, como dissemos e para o qual chamámos a atenção, o seu artigo 1.º que contém matéria confusa e de cuja interpretação depende o futuro dos farmacêuticos portugueses no que diz respeito a um dos seus sagrados direitos em todo o mundo respeitado.

Recordamos:

«Art. 1.º — parágrafo 2.º: *Não é abrangida pelo condicionamento a preparação dos produtos tóxicos e a dos destinados a venda directa ao público, podendo as farmácias proceder à sua colocação no mercado desde que se trate de produtos que por elas vinham sendo já preparados, sob a reserva de nos rótulos e embalagens se indicar a sua proveniência.*»

Desde que se leia só a parte sublinhada, pois o restante não tem qualquer significado, pode verificar-se que os medicamentos especializados que os farmacêuticos vinham anteriormente preparando nas suas farmácias — e só esses — podem continuar a ser colocados no mercado. Por outras palavras: os farmacêuticos ficariam, em Portugal, proibidos daqui em diante, de preparar nos laboratórios das suas farmácias, especialidades farmacêuticas destinadas a terem expansão remuneradora. No entanto qualquer indivíduo que adquira um alvará de laboratório tem a liberdade de preparar ou mandar preparar no seu laboratório qualquer medicamento que ele próprio, como patrão, se pode dar até ao luxo de conceber.

Acaso não existirão farmácias com os seus laboratórios mais bem apetrechados do que muitos laboratórios? Acaso serão necessárias instalações especiais ou aparelhagem especial que uma farmácia não tenha ou não comporte, para fazer umas hostias, pilulas, supositórios, muitas empoles, comprimidos, etc.?

Porquê esta diferença de tratamento?

Residirá o valor do medicamento no local ou no nome da casa em que se prepara?

Não. O motivo não pode ser nenhum destes. Contudo não o descortinamos. E ainda menos quando comparamos o tratamento dado aos farmacêuticos portugueses com o conferido aos seus colegas estrangeiros.

Já se disse em representação entregue superiormente pelo Sindicato, que um farmacêutico estrangeiro pode sempre tentar introduzir e vender no mercado nacional, um medicamento por si preparado nem sempre sabemos aonde; em contrapartida igual direito ficaria definitivamente vedado aos farmacêuticos portugueses no seu próprio país.

Será sustentável uma tal situação?

Outro argumento nos ocorre. Pode um farmacêutico conceber, estudar e preparar um medicamento de real valor terapêutico e vendê-lo na sua farmácia, mas não pode colocá-lo no mercado prejudicando e impedindo a sua expansão e o seu desenvolvimento económico. Em face dum tal caso qualquer laboratório pode lançar mão da ideia, concretizá-la e desenvolvê-la comercialmente usufruindo assim o trabalho e o saber dos outros.

Pois estamos presentemente vivendo esta situação anómala.

A Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos suspendeu, quando da publicação deste decreto, os licenciamentos (preços exclusivamente) de novos pedidos de especialidades farmacêuticas até que fosse publicado o Regulamento previsto no Art. 26.º do mesmo decreto, regulamento que tem por fim fazer o verdadeiro condicionamento dos medicamentos especializados e que, como está prometido, porá os farmacêuticos no lugar que a letra do decreto inconcebivelmente lhes tirou.

Esta atitude lógica não pode ser mantida. O Regulamento ainda não foi publicado apesar de pronto e o contencioso daquele Organismo não vê, juridicamente, razão para suspender a execução do Decreto que diz que só às farmácias não é permitido o lançamento de novos medicamentos especializados no mercado. Daqui o ter de se levantar a suspensão verificada e, até que se publique o almejado Regulamento, que esclarecerá que as farmácias têm iguais direitos que os «laboratórios», os farmacêuticos encontram-se nesta situação de inferioridade perante indivíduos e entidades não farmacêuticas e perante os seus próprios colegas estrangeiros que podem, sem qualquer espécie de condições introduzir em Portugal as banalidades que entenderem desde que... o preço lhes seja aprovado.

O condicionamento dos medicamentos especializados está estabelecido há muito em inúmeros países altamente civilizados como a Austria, Bélgica, Brasil, Dinamarca, França, Itália, Canadá, Noruega, Suécia, Espanha e até no nosso Estado da Índia; no entanto nenhum destes países teve a paradoxal ideia de retirar aos seus próprios farmacêuticos o direito de preparar esses medicamentos desde que demonstrem terem condições materiais e científicas para o fazerem.

Quer dizer: em Portugal os farmacêuticos estão proibidos de preparar medicamentos sempre que eles se destinem a serem lançados no mercado e — o que é mais grave — em manifesto benefício dos farmacêuticos estrangeiros cujos produtos podem ser sempre apresentados para aprovação e conseqüente introdução no país.

É verdadeiramente amargo que sejam precisamente aqueles que, chamando a atenção do Governo, pediram medidas que elevassem o nível tão baixo da indústria dos medicamentos especializados em Portugal, estejam a ser precisamente as vítimas de tão nobre, isenta e patriótica atitude.

A Sua Excelência o Senhor Subsecretário da Assistência daqui ousamos respeitosa-mente chamar a sua esclarecida atenção para tão injusta como deprimente situação, pedindo-lhe que, tão depressa quanto possível, faça publicar o Regulamento a que se refere o Art. 26.º.

É necessário que seja feita justiça a que aliás os farmacêuticos portugueses têm incontestável direito.

MOZ TEIXEIRA

UNIÃO FABRIL FARMACÊUTICA

Um caso raro de honestidade comercial

A União Fabril Farmacêutica (na gíria farmacêutica *CUF*) era um dos muitos armazenistas que fornecia directamente ao público através da sua farmácia, com descontos ilegais, não respeitando a letra dos regulamentos e prejudicando os farmacêuticos, seus naturais clientes. Parece que o facto causador de tal anomalia tinha origem na regalia dada ao seu pessoal de poder obter os medicamentos de que necessitasse com grandes descontos (20%). Deste modo não havia parente, amigo ou aderente que não usufruisse de percentagens nos remédios e alguns casos haveria que constituiriam grande negócio para aqueles empregados que retivessem nas suas mãos parte do *bonus* que lhe era oferecido.

Não sabemos se algumas empresas fora do comércio dos medicamentos, também obtinham da CUF as mesmas condições especiais dadas aos seus empregados. O certo é que tais práticas ilegais cessaram completamente, não devido a qualquer repressão, mas sim por livre decisão da direcção daquela empresa, o que representa um caso raro de honestidade comercial entre os «Armazenistas», que não queremos deixar de louvar arquivando-o nas colunas da «Revista Portuguesa de Farmácia».

Aos farmacêuticos portugueses e, principalmente, àqueles que possuem farmácia não passará certamente despercebida a atitude tomada pela União Fabril Farmacêutica que, deste modo, colabora eficaz e realmente com os farmacêuticos numa tentativa de atenuar a crise que alguns gananciosos sem apuro comercial lhe estão fazendo atravessar.

A União Fabril Farmacêutica merece, portanto e daqui em diante, pelo menos a simpatia dos farmacêuticos portugueses.

M. T.

II — PERGUNTAS E RESPOSTAS

131) Pergunta — Sou director-técnico da Farmácia X, pertença duma colectividade, a qual, além do farmacêutico signatário desta, com 15 anos de serviço, tem mais dois empregados com a categoria de ajudantes técnicos. A citada farmácia, por não existir outra na localidade, encontra-se de serviço permanente.

Como o Contrato Colectivo de trabalho em vigor apenas se refere aos ajudantes de farmácia, rogo a V. Ex.^{as} a fineza de esclarecerem, segundo a lei, a situação dos directores técnicos de farmácia que não sejam seus proprietários, isto é, por conta de entidade patronal, nos seguintes pontos:

a) — *Remuneração do trabalho:*

Qual o vencimento que me compete.

b) — *Prestação do trabalho:*

- 1) Se estou sujeito ao horário de trabalho.
- 2) Se, tendo a farmácia dois ajudantes técnicos e como não há serviço por turnos, sou obrigado a trabalhar aos domingos e dias feriados e como é remunerado o trabalho, em caso afirmativo.
- 3) Como a farmácia está de serviço permanente, no caso de trabalhar ao domingo se tenho direito a que o serviço seja pago com 100%, com direito a descanso num dos 3 dias seguintes.

c) — *Férias*

Tendo a farmácia três empregados, e o farmacêutico 15 anos de serviço, a quantos dias de licença tenho direito. — A. S. P.

Resposta — Sobre os pontos da consulta informamos:

a) — O vencimento é estabelecido por acordo entre as duas partes visto não haver contrato colectivo e não estarem estabelecidos ordenados mínimos para a classe farmacêutica.

b) 1) — Não é obrigado a trabalhar mais de 8 horas, embora a sua qualidade de director técnico o isente do horário de trabalho.

2) — Na sua qualidade de director técnico é obrigado a prestar assistência à farmácia com a devida assiduidade. O serviço nocturno pode no entanto ser feito por ajudante técnico que será remunerado nos termos do respectivo contrato colectivo.

3) — O serviço prestado por V. Ex.^a aos domingos e feriados é pago com 100% de aumento, sendo sempre obrigatório o descanso num dos três dias seguintes.

c) A lei diz que só tem direito a férias o pessoal de empresa que empregue normalmente seis ou mais pessoas. Em relação ao farmacêutico tal regalia terá de constar do seu contrato individual, observando-se em tal caso o disposto no Art. 1.º do Decreto n.º 9 431. — J. O.

132) Pergunta — A fim de desfazer umas dúvidas concernentes ao preço regimental das duas fórmulas que junto lhe envio, muito lhe agradeçia o favor de mandar dizer qual é o preço real, feito como é de lei, pelo Regimento dos Preços dos Medicamentos em vigor — M. J. S.

Resposta — 1.ª fórmula:

Essência de Pinheiro	140 grs.
Álcool isopropílico	50 »
Texapon (Dehydag)	350 »
(aspecto de linimento)	

A esta fórmula, pela sua composição e quantidade deve, salvo melhor opinião, ser aplicado o disposto no n.º 12 das «Disposições Gerais» pelo que o consulente poderá fazer o preço que entender.

2.ª fórmula:

Eucerina	150 grs.
Água saturada de ácido bórico	150 »
Essência de rosas	0,5 »

O preço desta fórmula é calculado da seguinte maneira:

Eucerina, 150 grs. a 85\$00 = 12\$75 × 1,6	20\$40
Ácido bórico, 4,5 grs.	\$50
Água destilada 145,5 grs.	\$591
Ess. de rosas (sintética) 0,5 grs.	3\$40
Manipulação (pomada)	8\$00
	<hr/>
	32\$891

Preço a marcar — 32\$90. — M. T.

133) Pergunta — Tendo tido dificuldade e não chegando mesmo a conseguir preparar a fórmula junta, muito grato ficaria se me informassem do método a empregar para obter uma preparação estável:

Enxôfre	12 grs.
Ácido salicílico	16 »
Amphoserina K	20 »
Álcool, glicerina, água de rosas ãã q.b.p.	200 »

L. J. G.

Resposta: A fórmula que V. Ex.ª nos apresenta não é exequível pois a quantidade de agente emulsionante não permite a incorporação da totalidade dos líquidos. De facto as referências publicadas pelo Laboratório Dehydag sobre pomadas, linimentos, etc., de composições parecidas, referem o emprego, em geral, de Amphoserina P e sempre na quantidade visinha de 50%.

Em todo o caso tentámos não só aumentar a quantidade de Amphoserina K mas ainda associá-la a outros agentes emulsivos de tipo *água em óleo* (colesterol, alcoois de lá, Amphoserina P) sem conseguir uma pomada estável mesmo adicionando ainda agentes tensoactivos complementares (tweens, por ex.).

Aconselhamos sugerir ao médico (dada a impossibilidade de executar a fórmula) preparar antes uma pomada contendo uma emulsão do tipo inverso — óleo em água — utilizando por exemplo a associação de Lanete N e Cetiol.

A fórmula seguinte originou um produto de consistência satisfatória, tipo linimento, com uma boa estabilidade (leve separação ao fim de 48 horas) homogeneizando-se facilmente por agitação:

I — Enxôfre precipitado	12 grs.
Ácido salicílico	16 »
II — Lanete N	10 »
Cetiol	20 »

III — Água de rosas, álcool, glicerina ãã q.b.p.
200 gr.

Funda II junte I e adicione III a pouco e pouco.

M. T.

134) Pergunta — Na Farmácia que dirijo, propriedade de Hospital de Misericórdia, tem muito consumo a fórmula n.º 605 (Xarope de lactofosfato de creosota, composto) que substitue o Xarope de Famel do «Formulário dos Medicamentos para as Associações Mutualistas».

Nela entra um estupefaciente (cloridrato de cocaína).

As respectivas receitas tem sido inutilizadas e arquivadas.

Pergunto: devo continuar a fazê-lo? — O. P. M.

Resposta: — Deve registar as receitas no respectivo livro e arquivá-las. — M. T.

III — NOTICIÁRIO

III CONGRESSO LUSO-ESPANHOL DE FARMÁCIA

Na histórica cidade de S. Tiago de Compostela, realizou-se de 22 a 29 de Agosto findo, o II.º Congresso Luso-Espanhol de Farmácia.

Pela elevada importância que o mesmo representou para a classe farmacêutica, não podemos deixar de assinalar, com uma referência especial, esse notável acontecimento que uma vez mais evidenciou o nível profissional e científico do farmacêutico peninsular, estreitando ainda mais os laços de amizade entre os dois povos vizinhos.

Ao contrário do que muitos pensam, este último aspecto, só por si, bastaria para justificar o próprio congresso, não só pela troca de opiniões, como pelas relações pessoais que têm lugar nestas reuniões entre os farmacêuticos de Portugal e Espanha.

As atenções recebidas pelos portugueses foram inextinguíveis, não só no decorrer dos trabalhos e sessões que tiveram lugar na encantadora Galiza e nas demais recepções aos congressistas e suas famílias.

Com a recepção aos congressistas e entrega de documentos oficiais na secretaria



A Mesa que presidiu à sessão inaugural do Congresso

da Faculdade de Farmácia, no dia 22, foi dado conhecimento do programa definitivamente estabelecido.

Pelas 10 horas da manhã do dia 23, teve lugar, na capela da Universidade de S. Tiago de Compostela, a celebração duma missa, seguindo-se a sessão inaugural no salão nobre da mesma Universidade, presidida pelo insigne farmacêutico Prof. Casares Gil, que dava a direita ao Prof. Anibal de Albuquerque, vice-presidente do Congresso e Director da Faculdade de Farmácia do Porto, e a esquerda ao Prof. Pedro Pena Gamallo, vice-reitor da Universidade, tomando ainda lugar na mesa da presidência os Professores Jaime Gonzalez Carreró, Director da Faculdade de Farmácia de S. Tiago, Henrique Otero, alcaide de S. Tiago, Joaquim Mendes Ribeiro, director da Escola Superior de Farmácia de Lisboa, Lopes Rodrigues, e Laroze Rocha, da Faculdade de Farmácia do Porto, e os Drs. Carlos da Silva Araújo, delegado do Brasil ao Congresso, Ramon Furrientes, presidente dos colégios farmacêuticos espanhóis, Prof.

Telles Palhinha, da Academia de Ciências de Lisboa, Dr. Carlos Coutinho, chefe do laboratório da Companhia das Águas de Lisboa e capitão-tenente farmacêutico-naval, Dr. Carlos Silveira, presidente do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos Portugueses, e muitos mais, representantes da *élite* farmacêutica em actividade nos diferentes sectores da vida civil e militar.

Na mesa dos secretários estavam os Professores Ramon Casares Lopez, Aniceto Charro e Alberto Carlos Correia da Silva, secretário da comissão portuguesa. (É de parte da mesa da presidência a fotografia que publicamos).

Ocupados os respectivos lugares ouviram-se os hinos dos dois países, escutados em sentido recolhimento pela assistência que enchia completamente a grandiosa sala.

Começou depois por usar da palavra o secretário do Congresso Prof. Casares Lopez que, depois de saudar os congressistas presta homenagem à memória do Prof. Lupi Nogueira que foi quem idealizou estas reuniões, historia os dois Congressos anteriores, terminando por invocar a protecção do Apóstolo para os farmacêuticos dos países.

Falou depois o Prof. Otero Aenlle, alcaide de S. Tiago, que saudou os congressistas na sua dupla qualidade de membro da comissão e alcaide da cidade.

Seguiu-se no uso da palavra o Prof. Anibal de Albuquerque que proferiu a brilhante alocação que inserimos em lugar de destaque.

Instalado pelo presidente do Congresso e embora colhido de surpresa, o Prof. Telles Palhinha em simples e comovidas palavras fez votos para o bom êxito do Congresso.

Finalmente o Prof. Casares Gil, em notável oração de sapiência, historia os progressos verificados pela ciência farmacêutica nos últimos anos, encerrando-se assim o brilhante acto inaugural.

No salão da reitoria, o vice-reitor da Universidade deu em seguida recepção aos membros das comissões do Congresso e outros elementos de relevo presentes, tendo-se trocado saudações entre os Professores G. Carreró e Anibal de Albuquerque durante o vinho de honra oferecido.

A tarde reuniram-se pela primeira vez os presidentes das oito secções que compunham o Congresso, para a constituição das mesas e instalação das ditas secções.

Ouviu-se a seguir uma brilhante conferência do Prof. Lora Tamayo, catedrático de química orgânica da Universidade de Madrid, sobre «Exposicion de los resultados obtenidos en el laboratorio en aspectos preparativos y analíticos de la síntesis diénica».

Logo a seguir assistiu-se a um festival folclórico na monumental Praça de Espanha, tendo como fundo a magestosa catedral, em que se exhibiu, com muito agrado, o rancho «Cantigas e Agarimos», sendo para destacar a graciosa coreografia interpretada por um coral de pequeninos que encantaram a assistência; seguiu-se ao festival uma recepção oferecida pelo Prof. Otero Aenlle, alcaide de S. Tiago.

Na manhã do dia 24 partiram os congressistas para uma excursão à pitoresca cidade de La Caruña, onde foi proferida pelo Prof. Laroze Rocha uma interessante conferência sobre «Modernos Aspectos da Toxicologia» que oportunamente teremos a honra de publicar.

Foram os congressistas em seguida recebidos no Palácio Municipal onde teve lugar uma recepção de boas vindas e foi servido um vinho de honra, seguindo-se um almoço no Hotel Finisterra.

A tarde, no parque da cidade, realizou-se um festival tendo dançado para os congressistas o grupo folclórico «Cantigas da Terra».

No dia 25 principiaram às 9 horas da manhã os trabalhos das diversas secções que terminaram perto das 11 horas para se dar início à grandiosa peregrinação dos farmacêuticos congressistas ao túmulo do Apóstolo Santiago, em que tomaram parte mais de 600 pessoas, cerimónia que, quer pela profunda unção religiosa dos participantes, quer pelo significado de que se revestiu, quer ainda pelo colorido que lhe emprestou o modo tipicamente espanhol como se apresentaram as senhoras, constituiu um acto que perdurará na memória dos que tiveram a ventura de o viver.

Na catedral falou Sua Eminência o Cardeal-Arcebispo Doutor Fernando Palacios, concedendo aos congressistas a sua benção. Revestiu-se de invulgar solenidade a imposição da medalha de «Hermano Mayor de la Archicofradia Universal del Apóstolo» aos Professores Anibal de Albuquerque e Gonzalez Carreró e Doutor Ramon Furrientes.

Seguiu-se um almoço oferecido pela comissão organizadora portuguesa aos seus colegas espanhóis, tendo aos brindes falado os Professores Amaral e Albuquerque e Casares Gil, e ainda o Dr. Silva Araujo, delegado do Brasil.

A tarde continuaram os trabalhos nas diversas secções.

A noite, oferecido pela Faculdade de Farmácia de Santiago, realizou-se um festival

no belo ambiente do Palácio Fonseca, em que se ouviu o coral polifónico «Follas Novas», de La Coruña e a Tuna Universitária de Compostela; estes, com a sua alegria juvenil, fizeram reviver aos congressistas os seus bons tempos de estudantes. Uma delicada ceia findou este memorável dia.

No dia 26, dedicado à cidade de Vigo, foram visitados os Laboratórios Zeltia, que em todos deixaram a melhor das impressões, tendo os seus directores sido duma gentileza cativante para com os congressistas.

À tarde, no instituto «Santa Irene», o Prof. José Clavera, decano da Faculdade de Farmácia de Granada, proferiu uma brilhante conferência intitulada «La Geopolítica del hambre». Os congressistas foram em seguida recebidos pelo alcaide de Vigo, no Palácio Municipal de Castrelos, tendo o Dr. Furrientes agradecido a recepção.

No dia 27, depois das sessões de estudo de manhã, realizou-se um passeio a La Toja, joia da paisagem galega, efectuando-se o almoço no Grande Hotel. No regresso os congressistas visitaram a Escola Naval de Marin e seguiram depois para Pontevedra onde foi servida uma ceia fria nos jardins do Parque, regressando-se depois a Santiago.

No dia 28 de manhã efectuaram-se sessões em todas as secções e à tarde reuniram-se os respectivos presidentes para discutirem e aprovarem as conclusões a apresentar na sessão de encerramento.

À noite realizou-se no Hostal de Los Reys Catolicos um banquete de gala, seguido de baile.

No dia 29, último do Congresso, efectuou-se pelas 12 horas no salão nobre da Faculdade de Farmácia, a sessão de encerramento. Falou em primeiro lugar o Prof. Charro, secretário do Congresso, que leu as conclusões finais do III.^o Congresso Luso-Espanhol de Farmácia; seguiu-se no uso da palavra o Prof. Jaime Carreró, director da Faculdade de Farmácia, que felicitou os congressistas pelo alto nível científico alcançado pela reunião; falou depois o Prof. Otero Aenlle que disse ficar em Santiago a recordação do Congresso e estar certo que cada congressista levaria também uma saudade; propôs o Prof. Aenlle que fossem enviados telegramas de saudação aos Chefes de Estado dos dois países e aos Ministros da Educação.

Usou a seguir da palavra o Prof. Amaral e Albuquerque que agradeceu em nome dos congressistas portugueses todas as atenções recebidas, congratulando-se pelo êxito alcançado. Propôs o Prof. Albuquerque que os Congressos passassem a efectuar-se de 4 em 4 anos e que o próximo se realizasse em Portugal em local a determinar; foi evidente entre os assistentes a vontade de que fosse Lisboa a cidade escolhida para a próxima reunião.

Falou ainda o delegado do Brasil, Dr. Silva Araujo, que agradeceu também o acolhimento que teve e desejou aos farmacêuticos peninsulares as melhores prosperidades:

Finalmente o Presidente do Congresso, Prof. Casares Gil encerrou o Congresso em nome do Chefe do Estado Espanhol, proferindo antes algumas palavras de exortação aos jovens e de satisfação pelos dias de trabalho útil e entusiástico a que tinha assistido.

E assim terminou, entre abraços de despedida, o III.^o Congresso Luso-Espanhol de Farmácia que, como os anteriores, constituiu a afirmação do valor científico duma classe em constante progresso. Os trabalhos apresentados representam uma continuidade que deve ser evidenciada, pois se nos lembrarmos do número e valor das comunicações apresentadas ao inesquecível II Congresso, realizado no Porto, cujos volumes de actas e comunicações são neste momento alvo das mais elogiosas referências na imprensa farmacêutica mundial, verificamos que é preciso de facto haver já um conjunto de condições que tornam possíveis tais empreendimentos que são afinal a afirmação de vitalidade duma classe nem sempre devidamente apreciada.

A terminar, e para que fique devidamente registado nestas colunas, embora em síntese, o que foi o III.^o Congresso Luso-Espanhol de Farmácia, apresentamos a constituição das mesas das oito secções, os seus temas oficiais e finalmente as conclusões do Congresso.

Primeira secção:

Química geral e analítica. Farmacofísica e Farmacoquímica.

Presidentes — Prof. Juan García Marquina e Dr. José de Souto Teixeira.

Temas oficiais:

1.^o — Nuevos métodos analíticos físico-químicos de utilidad en Farmacia — Dr. Manuel Ortega Mata.

2.º — Técnicas modernas da físico-química ao serviço da Farmácia — Prof. José do Vale Serrano.

Segunda secção:

Química biológica e análises bioquímicas, Bromatologia e Toxicologia.

Presidentes — Prof. J. Montañés del Olmo e Prof. Armando Laroze Rocha.

Temas oficiais:

1.º — Los mejorantes químicos de la harina — Prof. Francisco Cuchi.

2.º — Sobre a necessidade de ensaio das farinhas ditas alimentares — Dr. Januário de Oliveira.

Terceira secção:

Ciências naturais.

Presidentes — Prof. Mariano Losa e Prof. Telles Palhinha.

Temas oficiais:

1.ª — La fitosociologia y las plantas medicinales — Prof. Salvador Goday.

2.º — Importancia de la Edafología en La Agricultura. Prof. Angel de Castro.

Quarta secção:

Farmacognosia — Farmacodinamia.

Presidentes — Prof. César González e Prof. Joaquim Mendes Ribeiro.

Temas oficiais:

1.º — Significado de las unidades farmacológicas — Dr. Pedro Artigas.

2.º — Colaboração luso-espanhola — Prof. António Lopes Rodrigues.

Quinta secção:

Microbiologia — Parasitologia — Higiene.

Presidentes: Prof. Felipe Dorado e Cap.-ten. farmacêutico Carlos Coutinho.

Temas oficiais:

1.º — La microbiologia como ciência farmacêutica — Prof. Benito Varela.

2.º — Contribuição do farmacêutico no tratamento das águas de abastecimento — Dr. Eduardo Paquete.

Sexta secção:

Farmácia galénica e Industriais farmêuticas.

Presidentes — Prof. Francisco Rodríguez e Ten.-cor. farmacêutico Homero Ferreira.

Temas oficiais:

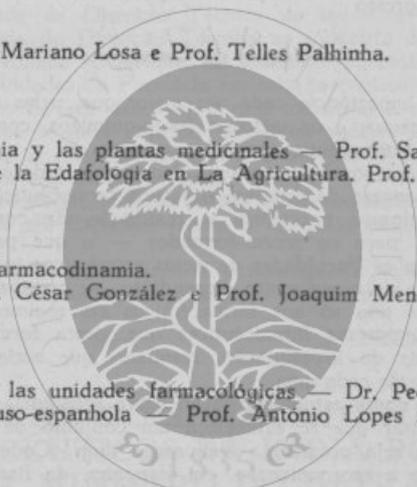
1.º — El farmacêutico en la industria — Dr. António López.

2.º Sobre a necessidade de uniformização da nomenclatura em Farmácia Galénica — Dr. Luis da Silva Carvalho.

Sétima secção:

Assuntos profissionais.

Presidentes: Dr. José Bayna e Dr. Carlos Silveira.



Centro de Documentação Farmacêutica

Coleção de Documentos Farmacêuticos

Temas oficiais:

- 1.º — Presente y futuro de la Profesión — Dr. Vicens Socas.
- 2.º — Condicionamento das especialidades farmacêuticas — Dr. Alberto Mourato Vermelho.

Oitava secção:

História da Farmácia.

Presidentes: Prof. Guillermo Folch Jou e Prof. Guillerme Barros e Cunha.

Temas oficiais:

- 1.º — História de la enseñanza de la Farmacia en Santiago — Dr. Luis Eleizegui.
 - 2.º — Farmácia e Assistência Social — Prof. Guillerme de Barros e Cunha.
- Conclusões do Congresso

Conclusões do Congresso

1.ª a) — Dada a importância cada vez maior que, pelas suas múltiplas aplicações, vêm tendo os conhecimentos e os métodos físico-químicos, considera-se necessária uma maior especialização do Farmacêutico naqueles sectores.

b) — Para se alcançar aquele objectivo, além dum estudo completo das disciplinas já incluídos no curso, e capazes de dotarem o futuro farmacêutico dos conhecimentos teóricos indispensáveis, julga-se necessária a realização de cursos de aperfeiçoamento, eminentemente práticos, para os recém-formados — o que pressupõe evidentemente a obrigaçao de se dotarem as Faculdades de meios económicos indispensáveis para a aquisição de material, por via de regra muito dispendioso —; material e laboratórios estes que deveriam ser facultados não só aos farmacêuticos em regimen de especialização, mas também às diferentes empresas farmacêuticas que, desta forma, poderiam resolver os seus próprios problemas de investigação, resultado que seria impossível conseguir-se com os meios ao alcance de cada uma.

2.ª — Apoiados na nossa actual legislação sobre substâncias alimentares ampliando-a convenientemente, solicitar que se estabeleça um conjunto de disposições gerais sobre Bromatologia por onde seja possível a elaboração dum «Codex Alimentarius».

3.ª — Recomenda-se a reorganização, em Espanha, da fiscalização sanitária de alimentos, coordenando-a com um serviço de repressão de fraudes, integrado nas instituições municipais, provinciais e estaduais, por forma a assegurar-se o seu funcionamento, com a máxima eficiência em defesa da saúde pública; ao mesmo tempo, expressa-se o desejo de que em Portugal, num futuro próximo se crie uma Inspeção de Géneros Alimentícios dentro das mesmas características.

4.ª — Impõe-se a necessidade de se incluir nas obras que tratam da cultura das plantas medicinais e do aproveitamento das espontâneas, um resumo das condições edáficas e fitosociológicas em que as mesmas se desenvolvem em melhores condições. Este resumo deveria também figurar no nosso Código Oficial, a Farmacopeia, sempre que se tratasse de plantas medicinais e, muito especialmente, das existentes nos solos nacionais.

5.ª — Que se consiga dos respectivos países o estudo e entrada em vigor das propostas aprovadas nos anteriores Congressos sobre o cultivo, colheita e «estandardização» das plantas medicinais da Península, assim como o incremento dos estudos teórico-práticos da ciência botânica na licenciatura de Farmácia em Portugal.

6.ª — Criação de padrões peninsulares das drogas em que se torna absolutamente necessária a dosagem biológica, eliminando as anidades animais, por estas variarem com os diversos ambientes de realização, e procurando que as Comissões respectivas possam recolher os elementos estatísticos suficientes para se chegar ao estabelecimento ideal da unidade clinica.

7.ª — Aconselhar que a microbiologia no ensino de Farmácia seja orientada tanto no sentido sanitário como no químico e industrial. Torna-se necessário o estudo da Quimioterapia dedicando especial atenção ao conhecimento dos antibióticos.

8.ª — Solicitar que se aproveite o máximo da competência especial do farmacêutico no controle analítico das águas de abastecimento aos centros urbanos e rurais.

9.ª — O ensino da Parasitologia deverá abranger, além dos parasitas animais e vegetais que afectam o homem, os que vivem nos animais ou plantas úteis à Farmácia.

Para se alcançar o máximo proveito destes estudos, assim como dos de Microbiologia animal, deve dar-se-lhes o mais amplo caracter pratico.

10.^a — a) — Tendo em linha de conta os beneficios de ordem vária e as razões de prestigio que reclamam a utilização de termos exactos, perfeitamente adequados e ajustados à linguagem farmacêutico-galénica (e dum modo geral a toda a Ciência Farmacêutica), propor a criação duma Comissão Hispano-Portuguesa (sendo possível assistida por um delegado do Brasil ou, melhor, por delegados sul-americanos), encarregada do estudo da unificação da nomenclatura usada em Farmácia Galénica.

b) — Se assim for julgado conveniente para matéria de tanta importância, organizar um conclave expressamente destinado à apreciação e consequente aprovação das resoluções preconizadas pela referida Comissão de estudo.

c) — Que aquela Comissão, depois de aprovadas as conclusões da mencionada reunião, providencie junto da indústria farmacêutica (de preferência através dos organismos officiais) para que nas literaturas e rótulos se adoptem unicamente as designações que estejam de acordo com a terminologia aprovada.

11.^a — Criação da Cátedra de Farmácia Industrial.

12.^a — Obrigatoriedade de Direcção Técnica na indústria de cosméticos.

13.^a — Obrigatoriedade de Direcção Técnica na indústria de conservas alimentares.

14.^a — Em face do volume actual que, em todos os aspectos da vida nacional, representam as diferentes actividades da Farmácia em relação com os interesses públicos, tanto no campo científico como no seu desenvolvimento industrial e profissional, o Congresso opina, mais uma vez, que se deve solicitar dos altos poderes a criação de organismos destinados exclusivamente a estes misteres, já que até sob o ponto de vista económico tal falta se reveste de transcendente importância.

15.^a — Petição da promulgação duma lei que em consonância com o desenvolvimento da profissão farmacêutica em Espanha, regule o exercicio da Farmácia nas suas actividades.

16.^a — Oferecer aos poderes públicos a desinteressada colaboração da Classe Farmacêutica Espanhola na luta contra as pragas do campo, para a qual está devidamente capacitada.

EDUARDO PAQUETE

HOMENAGEM DO SINDICATO NACIONAL DOS FARMACÊUTICOS DA ÍNDIA PORTUGUESA AO SR. MINISTRO DO ULTRAMAR

Conforme oportunamente demos noticia foi criado em meados do ano passado no Estado da Índia Portuguesa o Sindicato Nacional dos Farmacêuticos, organismo instituido em bases semelhantes às do seu género da metrópole e através do qual, por diploma promulgado nesse sentido, se garante a boa execução do regulamento elaborado para o desempenho das actividades farmacêuticas naquella parcela do território nacional. O conselho geral do referido Sindicato, dado o alto interesse da medida, testemunhou nessa altura ao Governo o seu reconhecimento pela decisão e resolveu depois testemunhar, de forma especial, ao sr. comandante Sarmento Rodrigues, ministro do Ultramar, o agradecimento da classe que representa, fazendo-o seu sócio honorário. Tomada essa resolução, solicitou ao professor do Curso de Farmácia da Escola Médico-Cirúrgica de Goa, Sr. Dr. António da Piedade Noronha, que, ao deslocar-se à metrópole, em gozo de férias, fosse portador do respectivo diploma e o entregasse pessoalmente àquele membro do Governo. Dessa missão se desempenhou no dia 5 de Novembro último o mencionado professor, que pediu audiência ao Sr. Comandante Sarmento Rodrigues e por ele foi recebido no seu gabinete de trabalho. Acompanharam o Sr. Prof. Dr. Piedade Noronha, além de outras individualidades metropolitanas e luso-indianas, os Srs. Profs. Doutores Mendes Ribeiro e Barros e Cunha, directores das Faculdades de Farmácia de Lisboa e Coimbra; Prof. Doutor Vale Serrano, em representação da Faculdade do Porto; Profs. Drs. Pissur Lencar, director do Arquivo Histórico de Goa, e Renato Fernandes, da Escola Médico-Cirúrgica; padre Graciano Morais, professor da Escola Superior Colonial; Drs. Carlos Silveira, Mário Veiga Fialho e Ramos Machado, Directores do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos da Metrópole; Drs. Januário de Oliveira e Luis Torres; respectivamente Consultor Técnico e Vogal da Comissão de Interesses Profissionais; Dr. João Alves da Silva, Secretário da Secção do Porto do nosso Sindicato; Prof. Doutor Albano Pereira

e Dr. Moz Teixeira do Corpo Redactorial da «Revista Portuguesa de Farmácia», D. Silvina Fontoura de Carvalho, directora do «Eco Farmacêutico»; Dr. Manuel Godinho de Matos Júnior, Inspector do Exercício Farmacêutico, etc.

A cerimónia, conquanto breve, teve alto significado, pelas afirmações de sentido patriótico a que deu ensejo.

O Sr. Prof. Dr. Piedade Noronha expressou ao ministro o orgulho com que cumpria a missão de entregar-lhe o diploma, a qual proporcionava testemunhar ao Sr. Comandante Sarmiento Rodrigues, em seu nome e no dos seus colegas, as mais afectuosas saudações de portugueses distantes e que, agora como sempre, outro destino não aceitaram, nem aceitarão, que o de morrerem portugueses. Para além das palavras que poderia proferir de confirmação da inteira lealdade de todos á Pátria estavam as lágrimas dos seus conterrâneos — mais transparentes, mais expressivas e muito mais sentidas — quando viram ultrajada a bandeira de Portugal, assim como as preces rezadas ao derramar-se novamente sangue português em terras da Índia.

Depois, o ilustre professor da Escola Médico-Cirúrgica de Goa falou do grande in-



O Sr. Dr. Piedade Noronha lendo o seu discurso no gabinete do Sr. Ministro do Ultramar

teresse da promulgação da medida governativa que criou os serviços farmacêuticos no Estado da Índia. Recordou a anterior situação dos profissionais de Farmácia e o facto de esse importante mister público ser exercido sem qualquer amparo legal, intervindo nele pessoas por vezes sem a mínima habilitação própria. Diplomados, ou não possuindo formação alguma, todos se julgavam capazes de exercer uma profissão para a qual é imprescindível uma preparação universitária. E cada vez esta requer mais preocupações e cuidados, pois cada medicamento é, ou deveria ser, produto de profundas e aturadas investigações. O diploma que o ministro do Ultramar tão justa e criteriosamente sancionou — disse — definiu para o Estado da Índia o exercício da missão farmacêutica e garante aos seus profissionais o desempenho de uma função tão nobre como todas as demais que têm por finalidade trazer à Humanidade menos sofrimento e mais alegria. Nada lhe parecia mais lógico nem mais acertado e entendia que qualquer outra solução só poderia ser filiada em interesses feridos ou incompreendidos.

As necessidades mais instantes das actividades farmacêuticas na Índia Portuguesa

Referiu-se depois o Sr. Prof. Dr. Piedade Noronha ao elevado nível científico que alcançaram os problemas respeitantes à Farmácia e recordou o interesse que tiveram os Congressos efectuados no Porto, em Madrid e Santiago de Compostela, este no mês de Agosto último. Neles foram apresentados muitos estudos sobre plantas medicinais de flora tropical de que a Índia dispõe e podem proporcionar remédios valiosos. Os farmacêuticos indianos — lembrou também — enviaram ao Congresso do Porto algumas comunicações e inscreveram-se nos trabalhos cerca de três dezenas.

O orador acentuou a seguir: «A profissão farmacêutica, sendo tão necessária à medicina no alívio da Humanidade sofredora, e considerada como uma das mais importantes profissões liberais, devido aos recentes progressos científicos que revolucionaram toda a velha terapêutica, carece de ser organizada técnica e cientificamente, na Índia. Remodelar o curso farmacêutico consoante as necessidades actuais, dotar a Escola de Farmácia de um elenco de professores competentes e idóneos, com laboratórios adequados de preparação científica superior e instalar um laboratório farmacotécnico de indústria farmacêutica, são necessidades das mais prementes a serem atendidas.

O Sr. Prof. Dr. Piedade Noronha pôs em relevo os benefícios de ordem social, moral e material que a Constituição Política Portuguesa tem proporcionado a todo o seu Ultramar e, aludindo ao caso especial do Estado da Índia, salientou a alta admiração que a todos merecem as qualidades e a obra do actual governador Bénard Guedes. E concluiu: «É meu desejo que V. Ex.^a transmita aos srs. Presidentes da República e do Conselho as mais sentidas homenagens e a mais penhorante gratidão dos farmacêuticos da Índia e lhes afirme de que não tememos ameaças nem invasões (pobres invasões!), porque sabemos claramente que a União Indiana nunca nos poderá dar outra civilização, outro sentido de vida, que tanto queremos, como aquela que S. Francisco Xavier —o portador de Jesus— levou até à Índia. Estou certo de que esta será para Suas Ex.^{as} a melhor saudação».

As palavras proferidas pelo Comandante Sarmento Rodrigues

O Sr. Ministro do Ultramar, ao receber o diploma, disse que o aceitava com muita gratidão e que ele constituía uma prova de gentileza da parte do sindicato. Desvanecia-o a presença dos representantes dos vários sectores das actividades farmacêuticas portuguesas. Referindo-se às medidas governamentais no que respeita aos serviços de farmácia no Ultramar, salientou que na parte que lhe dizia respeito simplesmente sancionara a resposta sobre as medidas a tomar e que os serviços do Estado da Índia e do Ministério tinham estudado, esperando com elas dar mais eficiência a um serviço que concorre para o progresso geral.

Quanto às aspirações que o Dr. Piedade Noronha acabava de manifestar, considerava que os estudos farmacêuticos e da rica flora da Índia tinham já tradições que a justificam em absoluto aludindo à «Flora Cocinchinensis» e aos trabalhos notáveis de Garcia da Orta.

Por fim, o Sr. Comandante Sarmento Rodrigues falou do problema da Índia, para evidenciar que todo o êxito conseguido sob o aspecto internacional na questão da Índia — problema que outros criaram e que teve origem em pontos de vista pelo menos errados e outras causas desconhecidas e condenáveis, e nunca qualquer atitude ou má vontade do Governo português — toda a acção desenvolvida teve como base o patriotismo do povo da Índia Portuguesa. Não fora essa circunstância, a actividade que Portugal desenvolveu para resolver com vantagem a grave crise felizmente já passada, não teria obtido o sucesso extraordinário do ponto de vista internacional que efectivamente alcançou.

E concluiu: «É para o povo da Índia que dirijo o meu pensamento neste momento. Recebo esta manifestação como mais um desejo de todos de se cuidar do aperfeiçoamento da defesa e progresso da Índia Portuguesa, em cujo futuro inteiramente confio.

ESCOLA DE FARMÁCIA DE LISBOA

Visita de cumprimentos — Novas instalações dos laboratórios de Química Orgânica e Inorgânica

No dia 29 de Novembro a nova Direcção do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos, no enquadramento das visitas de cumprimentos que está efectuando a diversas entidades e personalidades, deslocou-se à Escola Superior de Farmácia de Lisboa no intuito de, na pessoa do seu ilustre Director Sr. Dr. Mendes Ribeiro apresentar cumprimentos ao corpo docente daquele instituto de ensino.

Recebida no gabinete do Director e depois do presidente do Sindicato Sr. Dr. Carlos Silveira ter exposto o fim da visita o Sr. Dr. Mendes Ribeiro proferiu as seguintes palavras que com prazer arquivamos:

«Meus Senhores:

Agradeço-lhes muito penhorado, em nome da Escola, a vossa visita.

Ela significa, com certeza, o carinhoso afecto que lhe dedicam e sem dúvida representa também o desejo de verificarem-se alguns dos nossos legítimos anseios no seu progresso, foram realizado ou então em via disso.

Inimigo convicto de falsos hipertrofismos tenho que adverti-los que o que se fez, embora merecendo da nossa parte agradecimentos muito sinceros às entidades que o consentiram, pouco representa ainda para que este ensino se possa situar na época que vivemos, finalidade plano que gizamos ao assumir o honroso mas também pesado lugar que aqui desempenhamos.

Todos conhecem as ideias que enformam esse plano. Alicerça-se, como disse noutra lugar, na experiência já longa do problema farmacêutico no qual se integra, e é dele o primeiro esteio, o do ensino. Este não pode encontrar solução satisfatória em caprichos ou arranjos de conveniências de grupos ou de legiões, mas no estudo reflectido, na isenção, no alto interesse do País que todos amamos e desejamos servir.

Parece-me pois evidente, meus senhores, a necessidade dos farmacêuticos portugueses meditarem bem os seus problemas e neles o do ensino, procurando encontrar as soluções num estado de espirito iluminado pelas luzes que referi. Só assim se marchará para dias melhores.

Tenho dito vezes sem conto que se o farmacêutico não acompanhar a evolução do remédio este deixará de estar sob o seu domínio. A sua razão de ser desaparecerá. O remédio seguirá o seu caminho mas entregue a outros que lhe seguiram a evolução e aprenderam a dominá-lo.

A primeira solução que o farmacêutico deve procurar é a da organização da Escola que ensina a dominar o remédio da nossa época. Essa Escola — pese aos seus adversários — não existe ainda e há que organizá-la e para essa organização se necessita o estado do espirito que referi e o concurso de todos que o possuam.

Espero que esta visita possa ao menos fazer brotar no coração de todos o desejo vivo de a criar».

Seguiu-se uma visita às antigas e modernas instalações durante a qual o Sr. Dr. Mendes Ribeiro muito gentilmente explicou as transformações por que tem passado ultimamente o antigo edificio e a adaptação que foi realizada numa antiga construção inacabada, agora transformada em modernas e eficientes instalações didácticas.

No antigo edificio ficaram instalados a biblioteca, agora mais acessível, secretaria e laboratórios de Física, Farmacognosia, Farmacodinamia e Galénica.

No moderno edificio a inaugurar muito em breve, talvez dentro deste ano, as Químicas Orgânica e Inorgânica.

No primeiro piso, a um lado, ficam situadas as salas das alunas, respectivos vestiários e lavabos; do outro, as instalações dos alunos, uma grande sala de aulas teóricas, câmara escura e frigorífica, armazem geral de material de vidro e matérias primas. No segundo piso, o principal, ficam instalados, além de duas esplêndidas salas para aulas teóricas os dois grandes laboratórios de Química separados por um corredor central e que constam dos salões dos laboratórios dos alunos em que podem trabalhar individualmente, gabinete do professores com biblioteca privativa, laboratório de investigação dos professores e assistentes, um monta cargas e uma sala de balanças comum aos dois laboratórios.

Todas as instalações visitadas deixaram a melhor impressão nos visitantes que felicitaram o Sr. Dr. Mendes Ribeiro manifestando-lhe a sua grande satisfação pela iniciativa tomada a bem do ensino da Farmácia naquela Escola.

CONDICIONAMENTO DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Acompanhados pelo Sr. Prof. Dr. Barros e Cunha, Director da Escola Superior de Farmácia de Coimbra e pelo Sr. Dr. António da Piedade Noronha, Chefe dos Serviços Farmacêuticos do Estado da Índia, que se encontra na metrópole em gozo de licença graciosa, foram recebidos por S. Excelência o Sr. Ministro do Interior, as Direcções do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos e da sua Secção do Norte, que ali se apresentaram com o fim de solicitar de S. Excelência a breve publicação do Regulamento que condicionará a preparação dos medicamentos especializados, previsto pelo Art. 26.º do Decreto-Lei n.º 39 633.

REPRESENTAÇÃO ESTRANGEIRA

Pede-nos a firma Schubert & C.º de Copenhague (14, Holbergsgade) a publicação do seguinte:

«Fabricantes dinamarqueses de moderna aparelhagem para laboratórios farmacêuticos, procuram representantes conhecedores e de boa categoria que estejam bem relacionados com a Indústria Farmacêutica em Portugal. É favor fornecer pormenores quanto ao conhecimento deste ramo, bem como referências».

FALECIMENTOS

TENENTE CORONEL DR. ANTÓNIO DA COSTA TORRES

No último número desta Revista publicamos a nota do falecimento em Lisboa, do nosso colega Dr. António da Costa Torres, tenente-coronel farmacêutico, colocado como inspector na Inspeção do Serviço Farmacêutico Militar, não tendo sido feitas maiores referências por falta de elementos. Devido, porém, á gentileza do nosso também colega Sr. Tenente-Coronel farmacêutico Dr. Homero Ferreira, podemos arquivar hoje nas páginas da «Revista Portuguesa de Farmácia» alguns dados bibliográficos do extinto — o que nos apraz fazer, como modesta homenagem a um ilustre colaborador do órgão oficial do Sindicato «Jornal dos Farmacêuticos».

Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos

António da Costa Torres entrou no Quadro Permanente dos Officiais Farmacêuticos pela O. E. N.º 12 (2.ª Série) de 21 de Junho de 1922. Após tirocinio na F. C. E., continuou prestando serviço neste Estabelecimento Militar, tendo ido chefiar a Delegação de Viseu após curto período de permanência em Lisboa..

Foi promovido a tenente em 5 de Julho de 1923.

Em Janeiro de 1931 fez, pela primeira vez, parte do juri de exames para o posto de furriel praticante de farmácia.

Em Setembro de 1932 foi novamente nomeado para fazer parte do juri de exames para o posto de furriel praticante de farmácia.

Em Novembro de 1932 foi novamente nomeado para fazer parte do juri para o posto de furriel preparador de farmácia.

Foi promovido a capitão pela O. E. n.º 10, 2.ª série, de 29 de Junho de 1935.

Passou a supranumerário em Junho de 1938, por exceder o respectivo quadro estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 28 401 de 31 de Dezembro de 1937.

Em 1940 passou a prestar serviço no D. R. M. n.º 14, onde permaneceu apenas 1 ano, ao fim do qual (22 de Outubro de 1941) foi chamado a chefiar a Delegação n.º 1 da F. C. E.

Em Agosto de 1944 foi nomeado para fazer parte da Comissão encarregada de estudar e apresentar um projecto de remodelação da escrita das cargas das Delegações e Sede da F. C. E.

Foi louvado em 22 de Abril de 1946 pelo Director da F. C. E.

Em Outubro do mesmo ano foi autorizado a matricular-se como aluno voluntário no Curso de Altos Estudos Coloniais.

Em Novembro do mesmo ano foi nomeado vogal relator duma Comissão para proceder á revisão da tabela de preços de medicamentos praticados pela F. C. E.

Em Outubro do mesmo ano foi autorizado a matricular-se como aluno voluntário no Curso de Altos Estudos Coloniais.

Em Novembro do mesmo ano foi nomeado vogal relator duma Comissão para proceder á revisão da tabela de preços de medicamentos praticados pela F. C. E.

Foi louvado em Novembro de 1947 pelo Sr. Director da F. C. E.

Em Abril de 1948 foi autorizado a fazer parte da Comissão da Exposição de Bibliografia e História da Farmácia Portuguesa do 1.º Congresso Luso-Espanhol de Farmácia.

Em Julho de 1948 foi nomeado para fazer parte do juri do Concurso para furiel do Q. P. do S. S. Neste ano frequentou, igualmente, o Curso Técnico dos Capitães farmacêuticos do Quadro Permanente, que teve a duração de 2 a 28 de Agosto.

Em Março de 1949 foi, de novo, nomeado para fazer parte do juri do Concurso para o posto de furiel do Q. P. do S. S.

Foi promovido ao posto de Major farmacêutico, para o Quadro dos Officiais Farmacêuticos, por portaria de 26 de Março de 1951.

Em 31 de Março de 1954 foi promovido ao posto de tenente-coronel farmacêutico e colocado na Inspeção dos Serviços Farmacêuticos, como Inspector.

Em 30 de Abril de 1954 foi louvado pelo Sr. Director do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos.

Na mesma data foi ocupar o lugar de vogal do Conselho Fiscal dos Estabelecimentos Fabris, cargo que desempenhava á data da sua morte.

Trabalhos publicados

História, Deontologia e Legislação Farmacêutica em Portugal

Questões da História Farmacêutica

Questões Farmacêuticas

Breve noticia de Tomé Pires.

Tomé Pires na Intimidade

A Farmácia dos Lusíadas

Camilo Castelo Branco e as Boticadas de Eusébio Macário

Traços a Giz

Centro de Documentação Farmacêutica
da Ordem dos Farmacêuticos

CONVITE

Convidam-se todos os diplomados em Farmácia (inscritos ou não neste Sindicato) que necessitem de colocação ou de nova colocação — inclusivamente direcções técnicas — a enviarem-nos um postal ou carta com o nome e morada.

É indispensável indicar se nunca teve colocação; se já a teve e está desempregado ou se tem colocação e procura uma nova.

Também se nos devem dirigir do mesmo modo os pretendentes a compra de farmácias seja qual for o capital de que disponham.

As informações prestadas serão tidas como absolutamente confidenciais se o interessado assim o desejar.

DIRECÇÕES TÉCNICAS DE FARMACIAS

Assumiram a direcção técnica das farmácias abaixo indicadas — por terem adquirido a respectiva propriedade — os seguintes farmacêuticos:

NOMES	Farmácias	Localidades
Maria Manuela G de Carvalho	Moraiz Sarmento	Mirandela
José Nunes da Costa Nogueira	Igeia	Soure
Maria Isabel Madeira	Bairrada	Paredes do Bairro
Maria C. Almeida Varela	Varela	Moscavide
Marciano A. Ferreira Quaresma	Costa	Vidigueira
Maria do Castelo G. Mendes Correia	Moderna	Almoçageme
Maria G. L. Marques Valério, e {	Rodrigues & Aires	Lisboa
Manuel Pinto Bessa		
Maria L. Santana Peixeiros	Reis	Penalva
Maria José N. Abreu Martinho	Biotifar	Lisboa
José Luis	Áurea	Almodovar
Emília A. Costa Cabral	Simões Ferreira	Tábua
Marcelino Vidal Marques	Popular	Encarnação
Maria Manuela C. Nogueira	Nogueira	Penacova
Mariana R. G. Monteiro	Leão, Suc.	Escoural
António dos Santos Farraia	Elias da Silva	Crato
Domicília M. Carrasco	Nova, Lda.	Brinches
Mariana P. F. Cardoso	Costa	Sobral M. Agraço
Maria Ivone M. Sacramento	Miranda, Suc.	Palhaça
Beatriz Marques M. Vasconcelos	Lopes	Monte Estoril
Maria M. P. Antunes Pereira	Sagres	Lisboa
Maria Alice A. Henriques	Moderna	Carregado

LICENCIAMENTO DE FARMÁCIAS

Pela Direcção Geral de Saúde foram expedidos Alvarás licenciando as seguintes farmácias:

N.º do Alvará	Farmácia e Localidade	Director Técnico e Proprietário
657, em 9-6-954	Matos Fernandes (Ponte de Sor)	Maria José de Matos Fernandes
658, em 19-6-954	Moderna (Souto — Abrantes) ...	Maria Fernanda A. Tropa Baptista
659, em 1-7-954	Do Calhabé (Coimbra)	Henrique A. Silva
660, em 5-7-954	De Entre-os-Rios (Entre-os-Rios)	Maria José M. Borges
661, em 5-7-954	Aristides M. Andrade (Seia) ...	Etelvina Nunes Matias
662, em 6-7-954	Privativa da Assoc. de Soc. Mút. «Mutualidade Ocidental» (Lisboa)	Maria L. V. Barbosa (D. F.)
663, em 14-7-954	M. Nazaré (Coimbra)	—
339, em 12-8-954	Ideal (Santa Cita)	Ernesto F. Simões Martinho Álvaro dos Santos Bernardo

SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO

AUTOS LEVANTADOS

Por venda ilegal de medicamentos a Fiscalização Privativa deste Sindicato autuou os seguintes estabelecimentos:

- Drogaria (Manuel R. Laia) — Lisboa, 26-6-954.
 Drogaria (Manuel Oitavem) — Lisboa, 27-6-954.
 Propagandista de Feira (António Rodrigues) — Lisboa, 27-6-954.
 Drogaria (José de Sousa Abreu) — Merceana, 31-7-954.
 Mercearia-Mixta (Francisco Costa Vieira) — Merceana, 31-7-954.
 Mercearia (Agostinho Pereira de Oliveira) — Alenquer, 31-7-954.
 Drogaria (João Baptista Clemente) — Alenquer, 31-7-954.
 Drogaria (Francisco da Franca Horta) — Cadaval, 31-7-954.
 Drogaria (Germinal da Cunha) — Rio Maior, 31-7-954.
 Drogaria (Herculano dos Reis e Cunha) — Abiul (Pombal), 1-8-954.
 Drogaria (António Marques Martins) — Alvaiázere, 2-8-954.
 Drogaria (Edla Pires da Silva Neves) — Ferreira do Zêzere, 2-8-954.
 Drogaria (António Saraiva Galinha) — Ferreira do Zêzere, 2-8-954.
 Vinhos (Filipe Nunes Caetano) — Tomar, 2-8-954.
 Drogaria (J. A. Oliveira Sucrs.) — Porto, 19-8-954.
 Posto de Enfermagem (Amílcar Matias de Figueiredo) — Lisboa, 20-8-954.
 Drogaria (Manuel Vasques dos Santos Alvarez) — Lisboa 3-9-954.
 Mercearia (Filipe de Jesus Abrantes) — Carregado, 11-9-954.
 Drogaria e Mercearia (Vasco Miguel) — Aldeia Gavinha, 11-9-954.
 Mercearia (Leonor Martins) — Abrigada, 11-9-954.
 Drogaria (António da Silva Rafael) — Ota, 11-9-954.
 Drogaria (Alfredo Matos) — Montegil, 11-9-954.
 Mercearia (João Manuel Pereira) — Refugidos-Alenquer, 11-9-954.
 Mercearia (Horácio Soares) — Ota, 11-9-954.
 Drogaria (Rogério Nunes) — Lisboa, 28-9-954.
 Drogaria (José Maria Felix de Almeida) — Lisboa, 25-9-954.
 Drogaria (Joaquim Nunes de Carvalho) — Lisboa, 25-9-954.
 Drogaria (Júlio Alves) — Lisboa, 14-10-954.
 Drogaria (António da Silva Júnior) — Lisboa, 14-10-954.
 Drogaria (António Júlio Miranda) — Arcozelo — Ponte do Lima, 6-12-954.
 Drogaria (Jaime Pereira de Campos) — Ponte do Lima, 6-12-954.

Centro de Documentação Farmacêutica

ERRATAS
da Ordem dos Farmacêuticos
(No último número)

Nas págs. 125 e 126, nos Quadros I e II, onde se encontra «teores penicilínicos», deveria compor-se «teores estreptomicínicos»; no mesmo Quadro I, em vez de «polietilenoglicol 1000», devia estar «polietilenoglicol 1500».

Na pág. 132, linha 46, onde está «estirpe ATCC pl 44», pretendia-se que estivesse «estirpe ATCC 9144».

Na pág. 142, 2.^a linha, onde se lê «cloreto de hidroxilamina (0,0200 g)», deve ler-se «cloreto de semicarbazida (0,200 g)».

Na pág. 154, os valores c.....

Na pág. 154, os valores c_1 , d_1 , e_1 , f_1 e g_1 encontram-se deslocados, pois deviam ter entrado na pág. 137.

ÍNDICE

Volume IV (1954)

1) ASSUNTOS:

<i>Absorção rectal no coelho do Dipenicilinato G/N, N'-Dibenziletile-nodiamina veiculado por um intermédio hidrossolúvel (polietilenoglicóis) e por óleo de cacau (Estudo da)</i>	237
<i>Absorção rectal no coelho da Estreptomycina veiculada por um intermédio hidrossolúvel (polietilenoglicóis) e por óleo de cacau (Estudo da)</i>	121
<i>Absorção rectal no homem, usando supositórios preparados com polietilenoglicóis (Estreptomycinemia por)</i>	225
<i>Águas (Cloragem: Breve estudo da sua evolução)</i> 13, 71 e	175
<i>Alocação na sessão inaugural do IV Congresso Luso-Espanhol de Farmácia</i>	222
<i>Bacitracina (...Dosagem microbiológica...)</i>	131
<i>Bibliografia</i>	46, 104, 201 e 281
<i>Bolsas para farmacêuticos</i>	59
<i>Caracterização microquímica do ião sódio pelos acetatos triplos ...</i>	1
<i>Cloragem: Breve estudo da sua evolução</i>	13, 71 e 175
<i>Código Deontológico Farmacêutico</i>	105
<i>Condicionamento da indústria de especialidades farmacêuticas</i> , 113 e	210
<i>Congresso (III) Luso-Espanhol de Farmácia</i>	59, 215 e 286
<i>Congressos Internacionais</i>	118 e 215
<i>Costa Torres (Tenente-coronel António da)</i>	295
<i>Cravagens de centeio nacionais (Contribuição para o estudo das)</i>	65
<i>Custo (O) da produção na Farmácia Hospitalar</i>	50
<i>Dias Braga (Sebastião)</i>	220
<i>Diospyros tricolor Hiern (Isolamento de uma orto-quinona no)</i>	168
<i>Dipenicilinato G/N, N'-Dibenziletilenodiamina veiculado por um intermédio hidrossolúvel (polietilenoglicóis) e por óleo de cacau (Estudo da absorção rectal no coelho do)</i>	237
<i>Disposições oficiais</i>	56, 113 e 214
<i>Dosagem microbiológica de uma associação poliantibiótica: Estreptomycina, Bacitracina, Neomicina e Poliximina (Estudo do estabelecimento de uma técnica de)</i>	131
<i>Editorial</i>	221
<i>Emblema (O) da Farmácia</i>	279
<i>Escola Superior de Farmácia de Lisboa</i>	117 e 294
<i>Especialidades Farmacêuticas (A multiplicação das)</i>	111
<i>Especialidades Farmacêuticas (Violação das)</i>	113
<i>Estreptomycina (...Dosagem microbiológica...)</i>	131
<i>Estreptomycina veiculada por um intermédio hidrossolúvel (polietilenoglicóis) e por óleo de cacau (Estudo da absorção rectal no coelho da)</i>	121
<i>Estreptomycinemia por absorção rectal no homem, usando supositórios preparados com polietilenoglicóis</i>	225
<i>Estregénios sintéticos</i>	253
<i>Exposições do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos</i>	216

<i>Extractos de cereais (Estudo sobre o valor alimentar de algumas preparações com base de)</i>	246
<i>Farmácia Galénica (Resumos)</i>	42, 100, 198 e 277
<i>Farmácia Hospitalar (O custo da produção na)</i>	50
<i>Farmacognósia e análises aplicadas (Resumos)</i>	44, 102, 119 e 278
<i>Ião sódio (Caracterização microquímica do... pelos acetatos tripos)</i>	1
<i>Incompatibilidades (profissionais)</i>	56
<i>Indústria de Especialidades Farmacêuticas (Condicionamento da) — 113, 210</i>	282
<i>Indústria Farmacêutica Nacional (Aspectos da)</i>	204
<i>Laboratório Central de Patologia Veterinária (Produtos do)</i>	215
<i>Marques de Carvalho (Prof. Artur)</i>	60
<i>Ministro do Ultramar (Homenagem do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos da Índia Portuguesa ao Sr.)</i>	291
<i>Neomicina (...Dosagem microbiológica...)</i>	131
<i>Orto-quinona no diospyros tricolor Hiern (Isolamento de uma)</i>	168
<i>Perguntas e Respostas</i>	53, 112, 212 e 284
<i>Poliétilenoglicóis (Estreptomycinemia por absorção rectal no homem usando supositórios preparados com)</i>	225
<i>Poliximina (...Dosagem microbiológica...)</i>	131
<i>Prémio Ernesto Antunes Gonçalves da Rocha e Castro (Regulamento do)</i>	214
<i>Problema que é necessário resolver</i>	282
<i>Química Farmacêutica (Resumos)</i>	42, 99 e 196
<i>Regimento dos Preços dos Medicamentos (Comissão de revisão anual do)</i>	113
<i>Regulamento do Comércio dos Medicamentos Especializados (Projecto de alterações)</i>	56
<i>Regulamento do Comércio dos Medicamentos Especializados (subsídios para a remodelação do)</i>	48
<i>Resumos</i>	42, 99, 196 e 277
<i>Sindicato Nacional dos Farmacêuticos da Índia Portuguesa (Homenagem do... ao Sr. Ministro do Ultramar)</i>	291
<i>Sociedade de Ciências Farmacêuticas</i>	58
<i>Subsídios para a remodelação do Regulamento do Comércio dos Medicamentos Especializados</i>	48
<i>Supositórios preparados com poliétilenoglicóis (uso de ... em estreptomycinemia por absorção rectal no homem)</i>	225
<i>União Fabril Farmacêutica</i>	283
<i>Valor alimentar de algumas preparações com base de extractos de cereais (Estudo sobre o)</i>	246

2) AUTORES: Documentação Farmacêutica

ALBUQUERQUE (Anibal)	222
ALVES SANTOS (Maria de Lourdes)	237
ANDRESEN LEITÃO (J.)	111
CASTRO DIAS (Maria Luísa)	65
COUTINHO (Carlos Cândido)	13, 71 e 175
FRAZÃO (Silvia)	246
MARTINS (Amândio)	253
MOZ TEIXEIRA (A.)	48, 210 e 282
MOURATO (Alberto)	204
NETO (Elvige)	65
NOGUEIRA PRISTA (L.)	168
PAIS DA SILVA (Maria Luísa)	121 e 225
PALLA CARREIRO (A. A.)	1
PAQUETE (Eduardo)	286
PERQUILHAS TEIXEIRA (António)	246
SILVA CARVALHO (L.)	121, 131, 225 e 237
SILVEIRA (Carlos)	246
SILVEIRA (Fernando da)	50
TEIXEIRA (Adolfo)	279



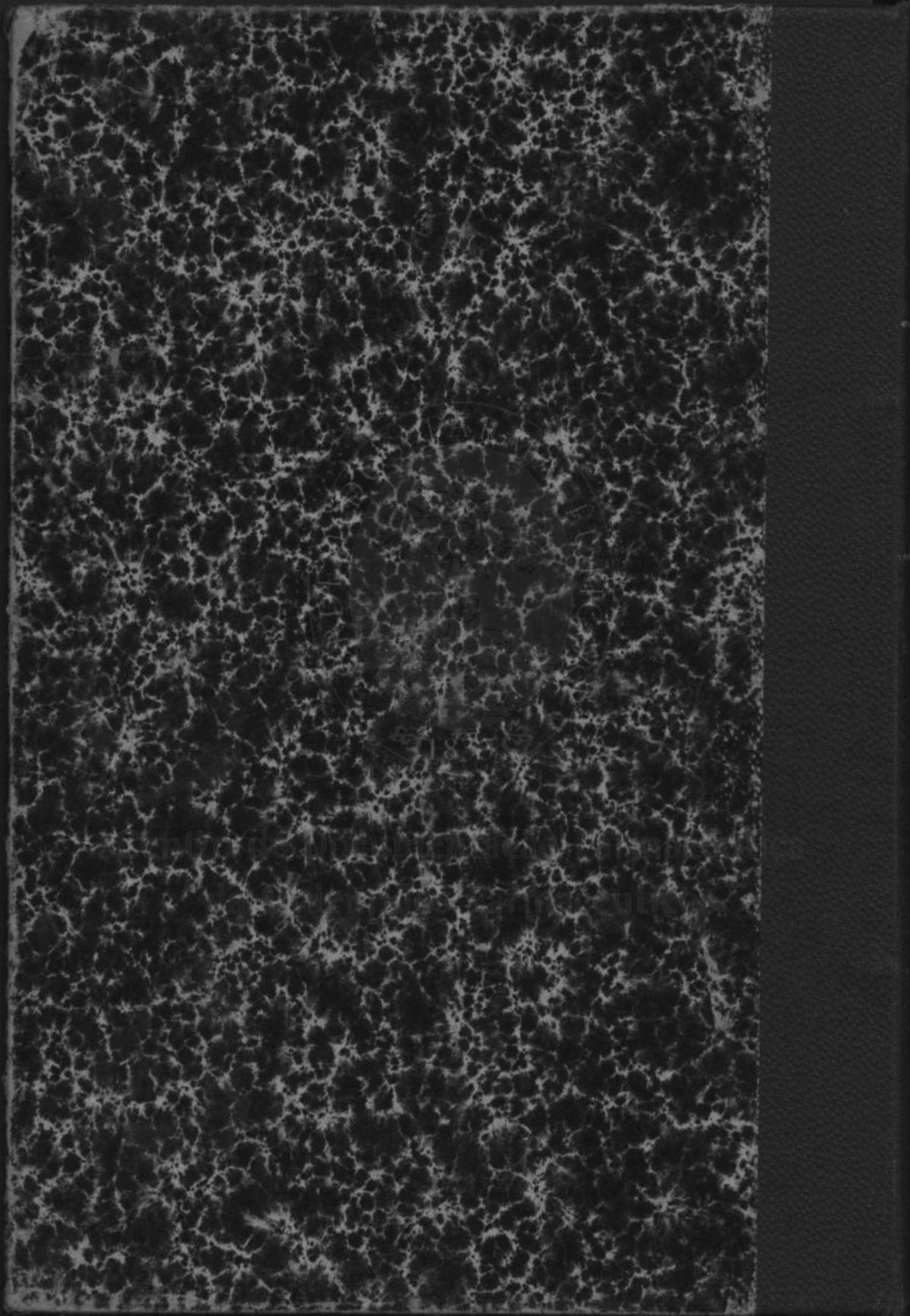
Centro de Documentação Farmacêutica
da Ordem dos Farmacêuticos



Centro de Documentação Farmacêutica
da Ordem dos Farmacêuticos



Centro de Documentação Farmacéutica
da Ordem dos Farmacêuticos



REVISTA DE FARMACIA

REVISTA
PORTUGUESA
DE
FARMACIA

REVISTA DE FARMACIA

1835

VOL. IV

1954

S. N. F.